

# ***RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019***

---

**RORAIMA ENERGIA**

Julho 2020

## Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>2. Governança</b> .....	6
<b>2.1 Gestão de Riscos</b> .....	7
<b>2.2 Seguros</b> .....	7
<b>2.3 Programa de Integridade Corporativa: Compliance</b> .....	7
<b>2.4 Controle Interno</b> .....	8
<b>2.5 Código de Ética e Normas de Conduta</b> .....	8
<b>3. Planejamento e Gestão</b> .....	9
<b>3.1 Sistema de Gestão da Qualidade</b> .....	12
<b>4. Mercado</b> .....	13
<b>4.1 Comercialização de energia elétrica</b> .....	16
<b>5. Suprimento de Energia</b> .....	18
<b>6. Perdas Elétricas</b> .....	19
<b>7. Inadimplência</b> .....	22
<b>8. Qualidade do fornecimento de Energia</b> .....	23
<b>9. Programa luz para todos</b> .....	24
<b>10. Atendimento Comercial</b> .....	25
<b>10.1 Satisfação do cliente</b> .....	28
<b>10.2 Ouvidoria</b> .....	29
<b>11. Gestão de Pessoas</b> .....	30
<b>12. Compras e contratações</b> .....	32
<b>13. Responsabilidade Social e Ambiental</b> .....	34
<b>13.1 Publicidade, Doações e Patrocínios</b> .....	35
<b>13.2 Sustentabilidade</b> .....	36
<b>13.3 Premiação</b> .....	37
<b>13.4 Compromisso com o Meio Ambiente</b> .....	37
<b>14. Tecnologia da Informação – Projetos</b> .....	38
<b>15. Ambiente Regulatório da Concessão</b> .....	40
<b>15.1 Acompanhamento e Desempenho das Distribuidoras pela Aneel</b> .....	41
<b>15.2 Reajuste Tarifário</b> .....	42
<b>15.3 Assimetrias Regulatórias – Recuperação de Receitas</b> .....	43
<b>15.4 Pleitos reconhecidos pela ANEEL em 2019</b> .....	43

<b>15.5 Pleitos que aguardam avaliação da ANEEL</b> .....	44
<b>16. Investimentos</b> .....	45
<b>17. Desempenho Econômico e Financeiro</b> .....	46
<b>18. Gestão Financeira</b> .....	48
<b>19. Balanço Social</b> .....	50
<b>20. Agradecimentos</b> .....	51
<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	53

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi marcado pelo início da nova concessão da Roraima Energia, agora sob administração de novos acionistas.

Com a assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2018-ANEEL, diversas medidas de recuperação foram iniciadas pelos novos acionistas com o objetivo de alcançar no menor prazo possível a sustentabilidade da Distribuidora, a adimplência regulatória, bem como a melhoria da qualidade do serviço prestado aos consumidores.

A melhoria na gestão da Distribuidora já é evidenciada por meio da **redução de 19% nos custos Operacionais** recorrentes (PMSO), retomada dos **Investimentos prudentes ficando 45% maior** que ano anterior e intensificação dos planos de combate às perdas e redução da inadimplência.

Em 07 de março de 2019, o suprimento venezuelano foi totalmente interrompido obrigando a Roraima Energia a acionar na plenitude todas as usinas termelétricas instaladas por força das Portarias do Ministério de Minas e Energia para garantir o atendimento ao estado de Roraima.

As medidas adotadas pela Distribuidora em obediência aos comandos dos diversos órgãos do setor elétrico que visam garantir segurança energética para a população do Estado, como a condição emergencial de atendimento a plena carga das usinas termelétricas, bem como a legislação regular dos CCEARs que não se aplicam ao caso da Roraima, além de outros fatores próprios da área de concessão.

Ao assumir a Roraima Energia, foi elaborado um Plano de Transformação com os seguintes pilares estratégicos: Recuperação de receita, Aumento da Eficiência, Reestruturação do endividamento, Garantia de neutralidade nos custos de energia e Aumento na remuneração regulatória.

Estes pilares serviram de base para a criação do Mapa Estratégico onde foram definidos 13 (treze) Objetivos Estratégicos, além da nova Missão, Visão e Valores.

É importante destacar a participação efetiva dos colaboradores neste processo de reestruturação da organização, onde a base da mudança está na valorização das pessoas de nossa empresa e foco nos clientes.

As informações apresentadas a seguir reforçam nosso compromisso de que a recente troca de controle societário desta Distribuidora sirva ao propósito de inaugurar um novo marco de atendimento à população do estado de Roraima, baseado em uma gestão eficiente dos recursos com o objetivo de retomar no médio e longo prazo a qualidade do serviço prestado.

Apesar deste relatório tratar exclusivamente de 2019, entendemos importante se ter a visão de que as mudanças estruturantes na empresa já refletem melhorias nos resultados, principalmente em 2020, apesar da pandemia por qual passamos.

## A DIRETORIA

## 1. APRESENTAÇÃO

# HISTÓRIA

## ELETRONORTE



1989

O ano de foi marcado pelo surgimento da Regional da Eletronorte em Boa Vista.

## Linha de Transmissão



2001

Construção da Linha de Transmissão em tensão de 230 kV, e interligação da Subestação de Santa Elena do Uairen na Venezuela, pertencente a empresa venezuelana CVG EDELCA à Subestação Boa Vista.

## Aditivo de Contrato de Concessão



2013

Assinatura do aditivo do Contrato de Concessão nº 021/2001, passando a ser uma subsidiária integral da Eletrobras, se desvinculando societariamente da Eletronorte

## Assembleia Geral Extraordinária



2016

Reprovação da assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 21/2001 da Boa Vista Energia S.A.

## Novo Controlador



2018

No dia 11/12/2018, a UNIÃO por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, transferiu o controle acionário da Boa Vista Energia S.A, para o consórcio Oliveira Energia – Atem vencedor do Leilão de Privatização realizado em 30 de agosto de 2018.

1997



## BOA VISTA ENERGIA

Em 23 de dezembro de 1997, foi criada a Boa Vista Energia S/A começando a atuar no município de Boa Vista.

2010



## ELETOBRAS

A partir de março de 2010 passou a se chamar Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, ficando sob a gestão da Holding Eletrobras.

2016



## Prestação do Serviço Temporário

Portaria de nº 425 do Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa foi nomeada como a responsável pela prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, de forma temporária

2017

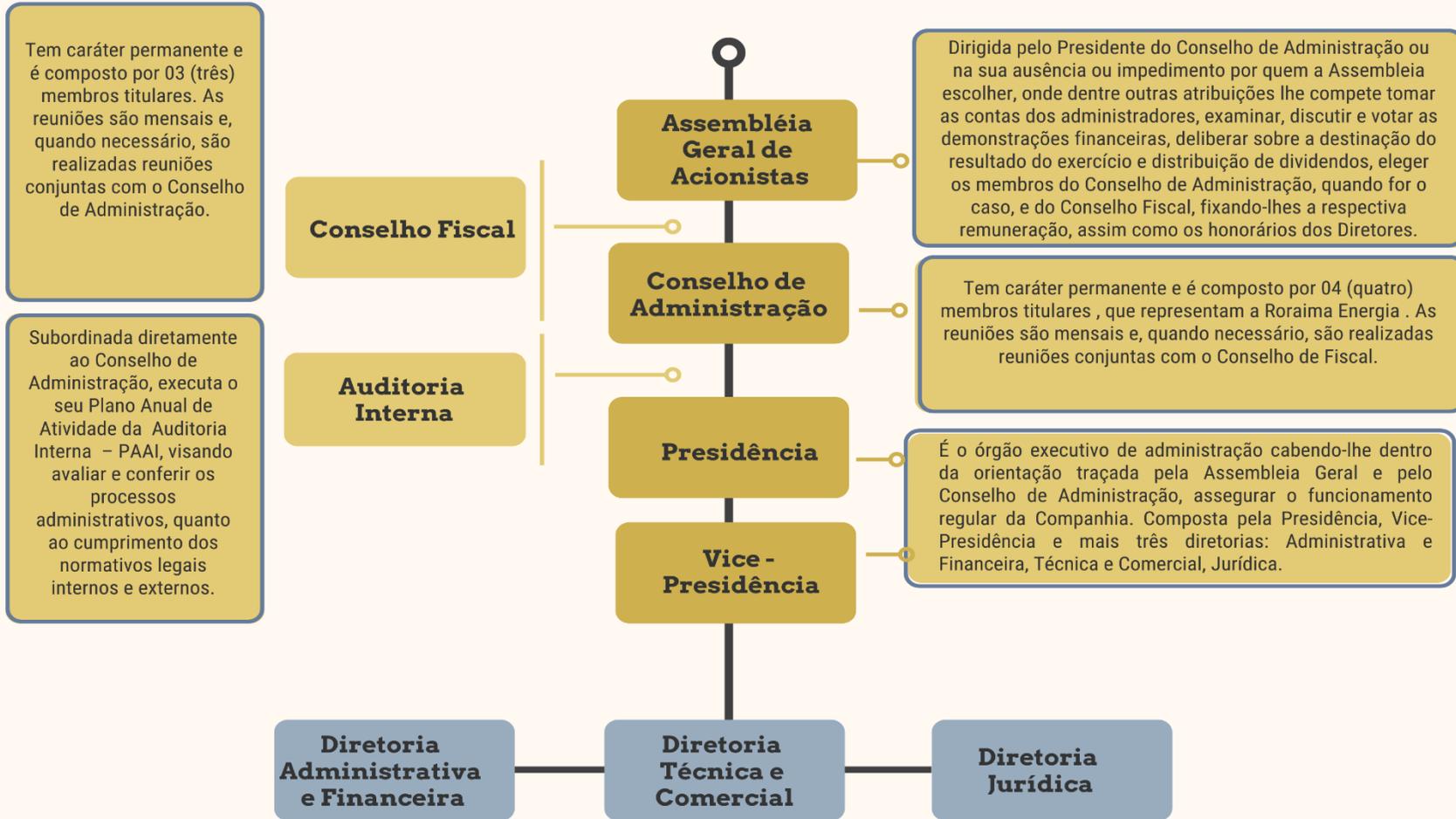


## Concessão de todo o Estado

A Empresa, passou a atender os usuários da Companhia Energética de Roraima - CERR a partir de 1º/01/2017, cuja concessão ficou extinta, conforme Despacho do Ministro de Minas Energia, publicado no DOU de 26/09/2016.

2. Governança

# ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



## 2.1 Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da Roraima Energia e busca orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da companhia, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

O gerenciamento de riscos adota as práticas disseminadas pela COSO - ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ABNT NBR ISO 31000:2009. Nessa linha nomeou o comitê de riscos que tem, dentre as suas responsabilidades, a competência de acompanhar a gestão integrada de riscos, validando e revisando a matriz de riscos da empresa, bem como a sua estrutura de controles internos e as ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos do negócio, buscando garantir o alinhamento da gestão de riscos ao planejamento estratégico.

Em 2019 foram priorizados dois processos de grande relevância (Perdas Comerciais e Inadimplência) para avaliação dos riscos com a participação dos gestores sendo concluída com as recomendações para a mitigação.

## 2.2 Seguros

A Roraima Energia, renovou apólice de seguros, na modalidade de riscos nomeados, objetivando a cobertura dos bens patrimoniais de propriedade da empresa ou de terceiros sob sua guarda e custódia.

O Valor em Risco (VR) atualizado foi de R\$ 64.170.116,70 (sessenta e quatro milhões, cento e setenta mil, cento e dezesseis reais e setenta centavos).

A Roraima Energia manteve em 2019 a sinistralidade em zero.

## 2.3 Programa de Integridade Corporativa: Compliance

O Programa de Compliance é composto por um conjunto de normas e políticas que tem como finalidade mitigar riscos de violação à Lei 12.846/13 (Lei anticorrupção brasileira) e Decreto 8.420/15 e manter a Roraima Energia em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis ao setor de distribuição de energia elétrica, além de fortalecer a imagem e a reputação da empresa no mercado onde atua.

O Código de Ética e de Conduta, fundamental para o Programa de Compliance, foi desenvolvido agregando a nova cultura organizacional.

As políticas de auditoria interna, de gerenciamento de riscos e de transações entre partes relacionadas considera as mudanças estruturais da empresa e o novo modelo de gestão pós privatização. A Política de indicação do colegiado e *Controllers*, é uma política recente, alinhadas às boas práticas de governança, que fortalecerá ainda mais o colegiado quando da necessidade de novas indicações.

Com o objetivo de garantir o cumprimento do programa de integridade a empresa disponibiliza canais de denúncias, que poderão ser acessados por quaisquer pessoas, com o intuito de receber denúncias de corrupção, fraude ou qualquer violação às políticas da empresa e código de ética, sendo garantido à parte denunciante total e irrestrito sigilo.

## 2.4 Controle Interno

As atividades de controle interno, foram realizadas através dos trabalhos da Auditoria Interna, conforme o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAI 2019, aprovado pelo Conselho de Administração – CA, em atendimento a Resolução Normativa nº 787 de 24 de novembro de 2017 – ANEEL.

Em 2019, foram realizados 04 (quatro) trabalhos de Auditoria: Teste na Gestão de Pessoas nas horas extras e outras verbas, Teste na Gestão da CCC e Fundos Setoriais, Teste no Contrato de Geração e Compra de Combustível e Teste nas Disponibilidades e Conciliação Bancaria, objetivando certificar e avaliar o cumprimento das normas legais, normas regulamentadoras e os projetos prioritários da companhia – Roraima Energia S/A, bem como, atender às demandas dos órgãos regulatórios.

## 2.5 Código de Ética e Normas de Conduta

O Código de Ética e de Conduta, foi desenvolvido agregando a nova cultura organizacional em implantação da empresa.

Nele estão expressos os princípios éticos considerados fundamentais pela Roraima Energia e os compromissos de conduta que norteiam as interações com os diferentes públicos, bem como o que se espera da conduta dos seus colaboradores e de todo o público interno e ainda, as condutas consideradas inaceitáveis.

O comitê de ética é o guardião do código de ética e assumindo essa responsabilidade, se empenha, para que tais princípios e compromissos estejam internalizados, por compreender que tal conduta contribui para aprimorar práticas e comportamentos que assegurem os direitos humanos individuais e coletivos e que preservem os interesses da Empresa.

Além de atuar sistematicamente na disseminação de princípios éticos, valores e compromissos de conduta expressos no Código, a Comissão Permanente de Ética é responsável por monitorar o seu cumprimento, avaliar indícios de desvio de conduta e por apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas, bem como, recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre o tema.

A empresa disponibiliza canais de denúncias, que poderão ser acessados por quaisquer pessoas, com o intuito de receber denúncias, pedido de esclarecimentos e sugestões, sendo garantido à parte denunciante total e irrestrito sigilo. Vale registrar que nenhuma denúncia foi recebida referente a desvio de conduta, fraudes ou corrupção no exercício de 2019.

### 3. Planejamento e Gestão

O processo de Planejamento e Gestão da Roraima Energia, está definido no Plano Estratégico 2019-2025, desdobrado no Mapa Estratégico, onde a empresa busca melhorar os resultados operacionais da Empresa face as particularidades da concessão. A partir de 2024 a empresa tem como objetivo, se tornar saudável financeiramente e assim, atingir resultados positivos juntos aos indicadores econômicos e financeiros, visando torna-se em 2025 uma empresa referência em Gestão Regulatória no Setor Elétrico de Distribuição.

## MAPA ESTRATÉGICO

**MISSÃO**  
A Roraima Energia nasceu para distribuir energia elétrica com sustentabilidade econômica e socioambiental, proporcionando **qualidade de vida às pessoas e desenvolvimento ao estado de Roraima**, através de um serviço inovador e de qualidade.

**VISÃO**  
Garantir **excelência regulatória**, tornando-se referência no setor elétrico brasileiro até 2025 e gerando valores aos nossos acionistas, colaboradores e sociedade.

**FINANCEIRO**

1. Aumentar a **remuneração regulatória** por meio de **investimentos prudentes** contribuindo para uma tarifa justa aos nossos clientes.
2. **Maximizar receitas e otimizar custos** na busca do **equilíbrio econômico-financeiro** da Roraima Energia.
3. Garantir a **neutralidade dos custos** de energia e **equilíbrio no endividamento**.

**CLIENTES E REGULAÇÃO**

1. Ser percebida pelo cliente como uma referência de excelência em **qualidade dos serviços**.
2. Ser percebida pelo agente regulador como uma referência de **excelência em gestão**.
3. Ser percebida como uma empresa com **responsabilidade socioambiental**.

**PROCESSOS INTERNOS**

1. Otimizar processos para atingir **produtividade e qualidade** de empresas de referência.
2. Assegurar processo eficaz de **planejamento e gestão de metas e desempenho**.
3. Intensificar ações de **comunicação interna e externa**.
4. Assegurar processo para **gestão de riscos econômicos, sociais e ambientais**.

**PESSOAS E TECNOLOGIA**

1. Garantir **conhecimento regulatório** em todas as áreas da empresa.
2. Incorporar **novas tecnologias e inovações** para otimizar os recursos e exponenciar os resultados.
3. Instituir sistema de **gestão de talentos, meritocracia** e desenvolvimento de **capital intelectual**.



**VALORES**

- ★ Valorização das pessoas
- ★ Foco nos clientes
- ★ Visão regulatória
- ★ Ética
- ★ Foco nos resultados
- ★ Excelência
- ★ Proatividade

A Roraima Energia implantou o software de Gestão Estratégica "Scoreplan" onde estão sendo acompanhados os objetivos, indicadores estratégicos e projetos relevantes.



O Processo de Gestão de Desempenho – PGD coordenado pela equipe de Gestão Estratégica acompanha os resultados periodicamente junto as áreas de negócios e semanalmente são selecionados temas estratégicos para a reunião da Diretoria Executiva.

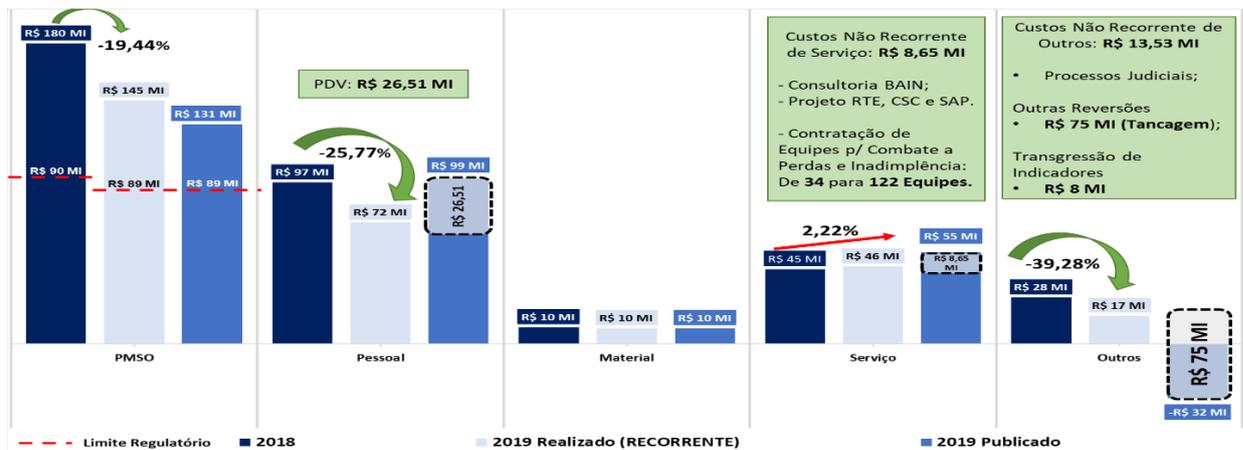
<b>INDICADORES CORPORATIVOS</b>				
<b>ECONOMÔNICO-FINANCEIRO</b>				
INDICADORES	Unid. de Medida	2018	2019	VARIAÇÃO (%)
LAJIDA Recorrente (R\$/MI)	R\$/MI	-92,66	-190,86	105,99%
PCLD (R\$/MI)	R\$/MI	45,61	-86,89	290,52%
Dívida Líquida (R\$/MI)	R\$/MI	-368,50	-212,74	-42,27%
Investimento - CAPEX (R\$/MI)	R\$/MI	23,95	34,96	45,97%
<b>PMSO (R\$/MI)</b>	<b>R\$/MI</b>	<b>178,55</b>	<b>131,41</b>	<b>-26,40%</b>
Pessoal (R\$/MI)	R\$/MI	96,57	72,48	-24,95%
PDV/PAI	R\$/MI	0	26,51	-100,00%
Material (R\$/MI)	R\$/MI	10,13	9,60	-5,23%
Serviço (R\$/MI)	R\$/MI	44,85	55,01	22,65%
Outros (R\$/MI)	R\$/MI	28	-32,19	214,96%
<b>QUALIDADE E CONTINUIDADE</b>				
INDICADORES	Unid. de Medida	2018	2019	VARIAÇÃO (%)
DEC - Duração Equivalente de Interrupção	Horas	46,7	25,54	-45,31%
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção	Nº de Vezes	105,23	54,73	-47,99%
DECI - Duração Equivalente de Interrupção (Interno)	Horas	13,9	10,64	-23,45%
FECI - Frequência Equivalente de Interrupção (Interno)	Nº de Vezes	19,54	11,69	-40,17%
DRP - Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária	%	5,14	6,29	22,37%
DRC - Duração Relativa da Transgressão de Tensão Crítica	%	5,01	4,92	-1,80%
<b>FISCALIZAÇÃO/INSPEÇÃO</b>				
INDICADORES	Unid. de Medida	2018	2019	VARIAÇÃO (%)
Perdas por Energia Injetada	%	24,17	26,28	8,73%
Perdas Não-Técnicas por BT	%	28,2	32,87	16,56%
<b>COMERCIAIS</b>				
INDICADORES	Unid. de Medida	2018	2019	VARIAÇÃO (%)
Inadimplência	%	14,19	12,98	-8,53%
INS - Índice de Nível de Serviço	%	96,66	95,88	-0,81%
IAb – Índice de Abandono	%	0,87	1,48	70,11%
ICO – Índice de Chamadas Ocupadas	%	0	0,01	100,00%
ISFP - Índice de Serviços Fora do Prazo	%	9,47%	5,71%	-39,70%
DER - Duração Equivalente de Reclamação	%	188,03	165,33	-12,07%
FER - Frequência Equivalente de Reclamação	%	8,52	13,05	53,17%

O foco estratégico da Roraima Energia em 2019, foi reduzir os Custos Operacionais (PMSO), evidenciar as assimetrias da concessão que resultam na ausência da neutralidade dos custos da Parcela A e melhorar a qualidade dos serviços prestados em toda a sua área de concessão.

De maneira estrutural a empresa **reduziu os seus Custos Operacionais em 19%** por meio do **Programa Uma Nova História**, que está reestruturando a companhia com a participação de todos os colaboradores.

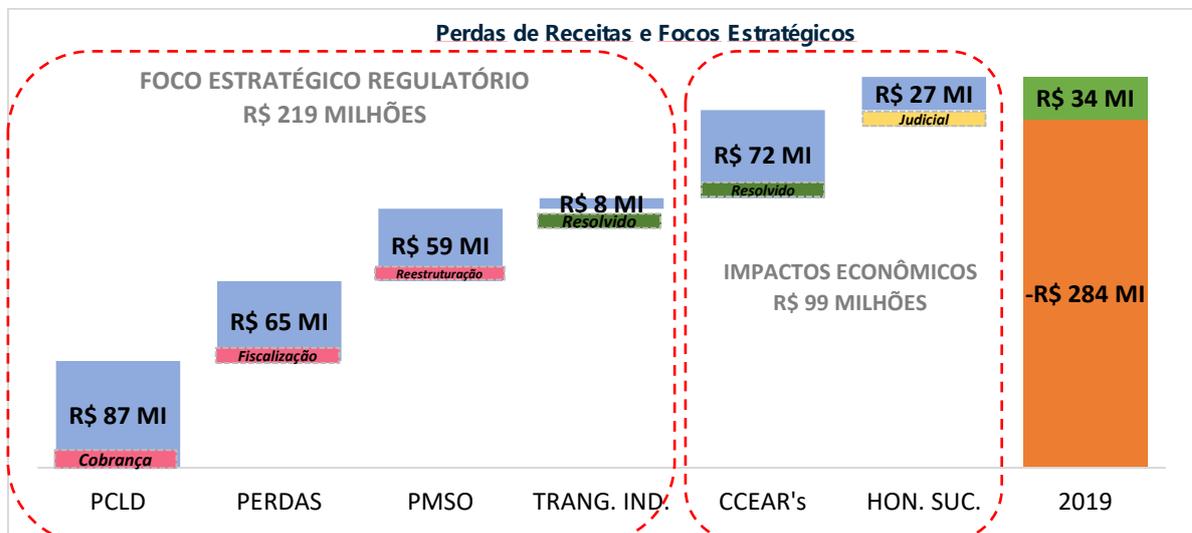
Vários Projetos e ações foram implementados para que o resultado abaixo fosse possível, entre elas estão: *O novo Acordo Coletivo- ACT, o Programa de Demissão Voluntária - PDV, Novo Plano de Carreira e Remuneração -PCR, Negociação de Contratos existentes, Criação da Mesa de Contratação, Pleitos de Assimetrias junto a ANEEL, Obras de melhoria de Qualidade no Fornecimento de Energia, e principalmente o reconhecimento das pessoas.*

**Custos Operacionais - PMSO**



A Roraima Energia conhece os seus desafios e continuará focada em reverter a situação econômico-financeira da companhia.

O Prejuízo estrutural de 284 Milhões se deve, principalmente, aos 3 "P's" (PCLD, Perdas Comerciais, PMSO) que compõem o Foco Estratégico da Companhia, conforme gráfico abaixo.



### 3.1 Sistema de Gestão da Qualidade

A gestão da qualidade contribui, para o **aumento na satisfação dos nossos clientes**. Isso, conseqüentemente, gera um maior comprometimento dos consumidores, ficam mais seguros de que seus desejos e suas necessidades serão atendidos com serviços oferecidos pela empresa.

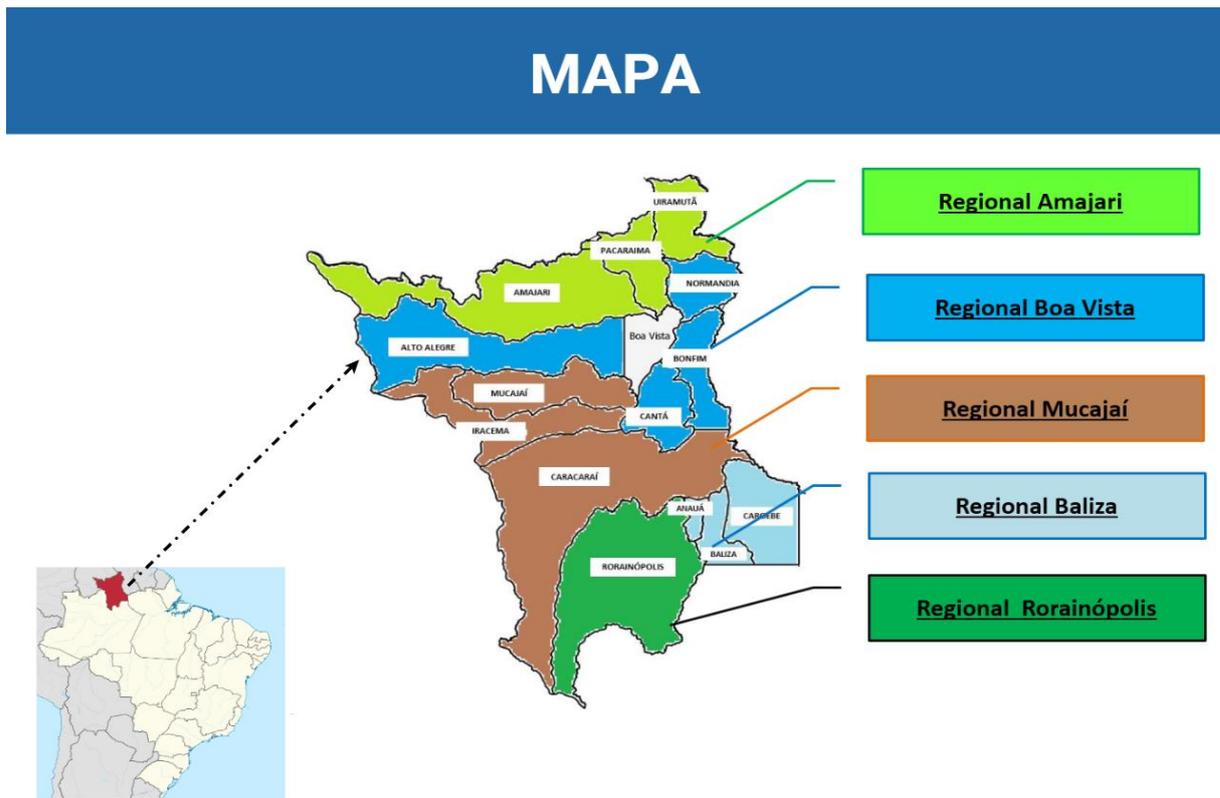


Em setembro de 2019, a empresa passou pelo processo de Manutenção da certificação por uma Auditoria Independente, onde foram apresentados os processos com melhorias de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001:2015.

Desta forma, a certificadora Fundação Vanzolini, manteve o Selo de Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, no escopo de "Tratamento de reclamação dos consumidores, coleta de dados e apuração dos indicadores de atendimento comercial e de continuidade".

Assim, a empresa está com o desafio de ampliar o escopo para melhorar ainda mais o compromisso com a Qualidade na busca de melhoria contínua de seus processos.

#### 4. Mercado



A Roraima Energia SA atua em todo o estado de Roraima conforme contrato de concessão nº 004/2018 com vigência até 10/12/2048. Para atender melhor todo o território, foram criadas 05 sedes Regionais: Amajari, Boa Vista, Mucajaí, São João da Baliza e Rorainópolis.

#### Contexto do Mercado de Energia em Roraima

Até março de 2019 o suprimento vinha sendo realizado pelo sistema elétrico venezuelano. A situação de segurança energética do sistema supridor se tornou crítica nos últimos anos, chegando a apresentar 83 desligamentos em 2018, quando em 07 de março de 2019, ocorreu desligamento total, permanecendo assim desde então. A partir desta data a Distribuidora passou a também fazer gestão do suprimento ao mercado de Roraima por meio termelétricas.

Importante destacar que desde 2015, quando da primeira previsão de interligação ao SIN, a Distribuidora participa dos Leilões de Energia no mercado nacional, prevendo a compra de energia para o seu mercado, seguindo a premissa que a interligação de Roraima ao SIN ocorreria, conforme planejamento do MME, fato não concretizado até o momento atual.

O leilão é dentre os mecanismos de compra de energia, aquele onde se consegue o preço mais vantajoso para empresa, contribuindo efetivamente para a neutralidade da parcela A. **Entretanto um cuidado se faz presente devido ainda pertencermos ao sistema isolado.** Trata-se da aplicação do mecanismo

definido pelo Despacho nº 2.300/2019, acompanhamento da entrada dessa energia em comercialização, tempo o qual será preciso providenciar a venda da mesma energia, nos mecanismos disponíveis na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, garantindo a neutralidade da parcela A, até que ocorra efetiva interligação de Roraima ao SIN, onde então haverá possibilidade de consumo da energia comprada em leilões.

### Mercado e o Balanço Energético

A área de mercado a partir de agosto de 2019, iniciou uma reformulação em seus processos com intuito de cumprir sua missão de forma mais moderna e efetiva, qual seja promover estudos de projeção de carga, comercializar energia elétrica e promover estudos e desenvolvimento de projetos de combate às perdas.

MAPA DE INTER-RELACIONAMENTO  
 Departamento: Mercado  
 Finalidade do Processo: Elaboração e divulgação de estudos para subsidiar compra de energia, avaliação das perdas e expansão do sistema elétrico. Além de tratar com ONS, MME, EPE e ANEEL, dos temas relativos ao mercado de energia elétrica.

Partes Interessadas	Entradas (Insumos)	Processos	Saídas (Produtos e Serviços)	Partes Interessadas
Operação/Geração	Energia Injetada	Balanço Energético	Balanço Energético	Diretoria Técnica
Comercial	Energia Faturada		Demanda projetada por classe	Diretoria Financeira
DTM	Relatório Aluri	Projeções de cargas	Notas processadas	Gerência Comercial
Fornecedores de energia	Notas fiscais		Demanda projetada	Gerência de Combate às perdas
Departamento financeiro	Capa de lote	Comercialização de energia elétrica	Energia Contratada	Gerência Regional
DTM	Balanço Energético		Energia Descontratada	ONS
DTM	Histórico de Demanda	Planejamento de demanda de mercado		Departamento Financeiro
				Fornecedores
				EPE

Por meio da identificação das entregas ou produtos e seus respectivos clientes, foram identificados os macroprocessos necessários para produzi-los assim como os fornecedores e insumos. Com esses dados em mãos foi possível verificar e produzir pontos de melhoria e automação dos processos por meio de ferramentas como RPA ou Robôs de Automação de Processos em português.

Os primeiros resultados desses esforços, são animadores. O balanço energético um dos produtos do mercado, reduziu seu tempo de produção (após recebimento das informações) de mais de 50 horas em média para 3,25h em média. Com a redução total do ciclo de produção, a entrega do balanço caiu de meados da 3ª semana para algo em torno do dia 09 de cada mês.

Um outro trabalho no sentido de melhorar a qualidade das informações do balanço energético, foi a retomada das medições de fronteira entre municípios. Inicialmente envolvendo o departamento de mercado e departamento de qualidade, cadastro técnico e normatização, o projeto acabou se expandindo para o departamento de operação e manutenção e departamento de engenharia,

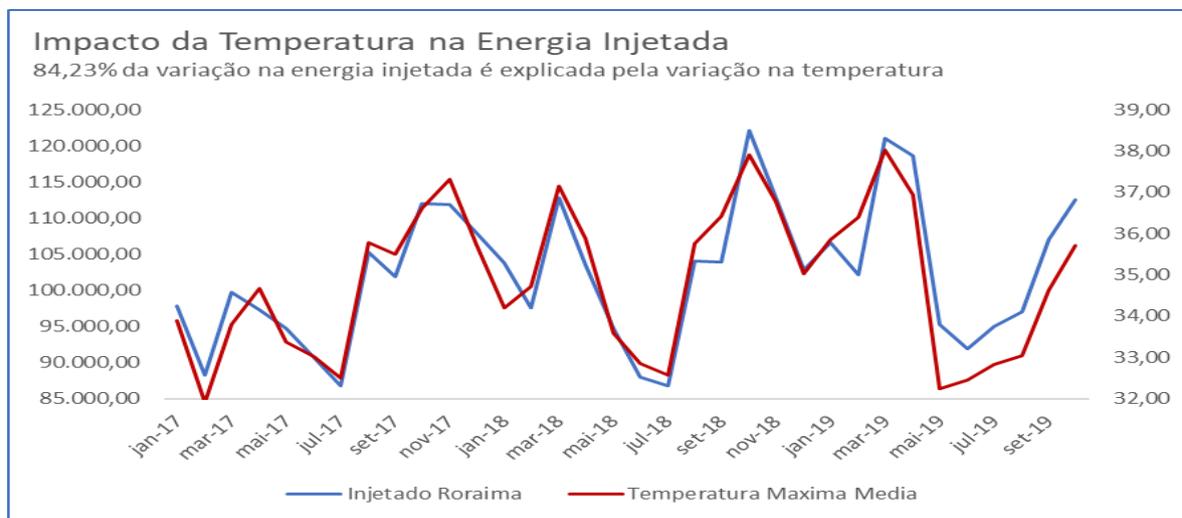
expansão e manutenção. Com esse envolvimento hoje, temos medição nas fronteiras entre municípios, possibilitando demonstrar de forma mais precisa quanta energia foi consumida pelo município e conseqüentemente medindo as perdas de forma mais precisa.

**Mercado e as perdas**

As avaliações de mercado têm procurado se juntar aos esforços para melhor entender as perdas comerciais e assim combatê-la de maneira mais inteligente.

A premissa utilizada é que as perdas são o ponto final de uma série de hipóteses relacionadas em uma cadeia de causa e efeito, em que quanto mais baixo na cadeia, mais perto da causa e quanto mais acima, mais se aproxima da consequência.

Um fato interessante aponta para a confirmação de um comportamento em relação a forma como se utiliza a energia elétrica. Primeiro se observando a série histórica da energia injetada e temperaturas de janeiro de 2017 a outubro de 2019, vemos uma grande semelhança no movimento de ambas. Se atrelarmos a isso análise estatística, encontramos que a variação da temperatura responde por 84,23% do comportamento da energia injetada. Os dados mostram assim que o que impulsiona mormente o maior ou menor consumo durante o dia, é a procura por maior conforto térmico, hoje sendo feito com aparelhos de ar condicionado, justificada pelos níveis de temperaturas ao qual estivemos e estamos sujeitos.



Até agora aprendemos que o faturamento define o nosso nível de perdas.

A temperatura é um fator que impacta o comportamento da energia injetada, que por sua vez impacta a energia faturada. Há uma relação cruzada entre temperatura e energia faturada, que pode explicar uma parcela das fraudes e furtos.

#### 4.1 Comercialização de energia elétrica

O Mercado de energia na Capital e no interior, encontra-se detalhado nas tabelas abaixo.

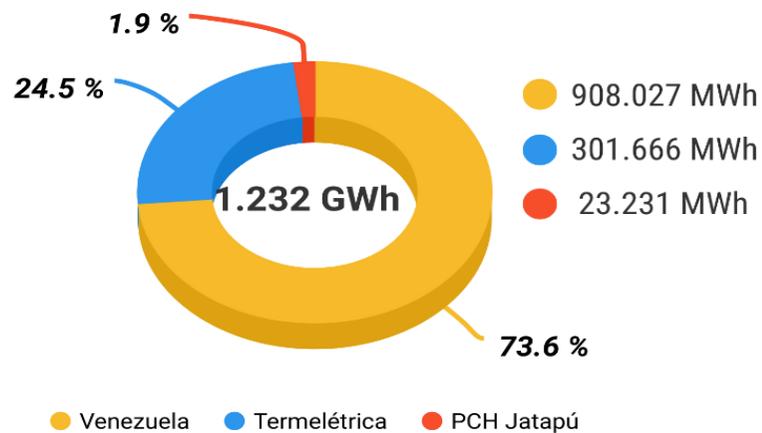
<b>CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE</b>			
<b>BOA VISTA</b>	<b>2018 (kWh)</b>	<b>2019 (kWh)</b>	<b>Variação (%)</b>
COMERCIAL NORMAL	191.243.111	194.093.897	1,5%
CONSUMO PROPRIO	1.530.183	1.431.792	-6,9%
CONSUMO PROPRIO	1.194.202	430.240	-177,6%
ILUMINACAO PUBLICA	34.628.200	34.414.065	-0,6%
INDUSTRIAL NORMAL	17.401.039	17.081.855	-1,9%
PODER PÚBLICO ESTADUAL	40.385.350	40.826.945	1,1%
PODER PUBLICO FEDERAL	25.020.773	26.337.499	5,0%
PODER PUBLICO MUNICIPAL	19.949.304	22.180.498	10,1%
RESIDENCIAL NORMAL	415.978.809	396.239.551	-5,0%
RURAL NORMAL	13.296.802	13.214.658	-0,6%
SERVIÇO PÚBLICO	21.604.990	23.246.039	7,1%
<b>INTERIOR</b>	<b>2018 (kWh)</b>	<b>2019 (kWh)</b>	<b>Variação (%)</b>
COMERCIAL NORMAL	19.069.593	20.567.058	7,3%
CONSUMO PROPRIO	154.965	181.102	14,4%
ILUMINACAO PUBLICA	6.787.180	10.981.588	38,2%
INDUSTRIAL NORMAL	4.924.229	4.519.129	-9,0%
PODER PÚBLICO ESTADUAL	7.091.168	7.129.383	0,5%
PODER PUBLICO FEDERAL	2.459.022	3.360.954	26,8%
PODER PUBLICO MUNICIPAL	6.330.008	6.444.406	1,8%
RESIDENCIAL NORMAL	62.582.325	61.396.842	-1,9%
RURAL NORMAL	32.066.978	34.901.952	8,1%
SERVIÇO PÚBLICO	6.581.677	7.635.760	13,8%
<b>TOTAL</b>	<b>930.279.908</b>	<b>926.615.213</b>	<b>-0,4%</b>

<b>NÚMERO DE CONSUMIDORES POR CLASSE</b>			
<b>BOA VISTA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>variação</b>
COMERCIAL NORMAL	9.445	9.386	-0,6%
CONSUMO PROPRIO	7	8	12,5%
CONSUMO PROPRIO	9	6	-50%
ILUMINACAO PUBLICA	112	109	-2,8%
INDUSTRIAL NORMAL	301	295	-2,0%
PODER PÚBLICO ESTADUAL	334	314	-6,4%
PODER PUBLICO FEDERAL	152	153	0,7%
PODER PUBLICO MUNICIPAL	405	406	0,2%
RESIDENCIAL NORMAL	101.804	103.064	1,2%
RURAL NORMAL	3.087	3.333	7,4%
SERVIÇO PÚBLICO	80	88	9,1%
<b>INTERIOR</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>variação</b>
COMERCIAL NORMAL	2.954	3.036	2,7%
CONSUMO PROPRIO	23	29	20,7%
ILUMINACAO PUBLICA	54	88	38,6%
INDUSTRIAL NORMAL	105	113	7,1%
PODER PÚBLICO ESTADUAL	430	360	-19,4%
PODER PUBLICO FEDERAL	128	151	15,2%
PODER PUBLICO MUNICIPAL	567	604	6,1%
RESIDENCIAL NORMAL	28.680	29.360	2,3%
RURAL NORMAL	14.609	14.783	1,2%
SERVIÇO PÚBLICO	156	179	12,8%
<b>TOTAL</b>	<b>163.442</b>	<b>165.865</b>	<b>1,5%</b>

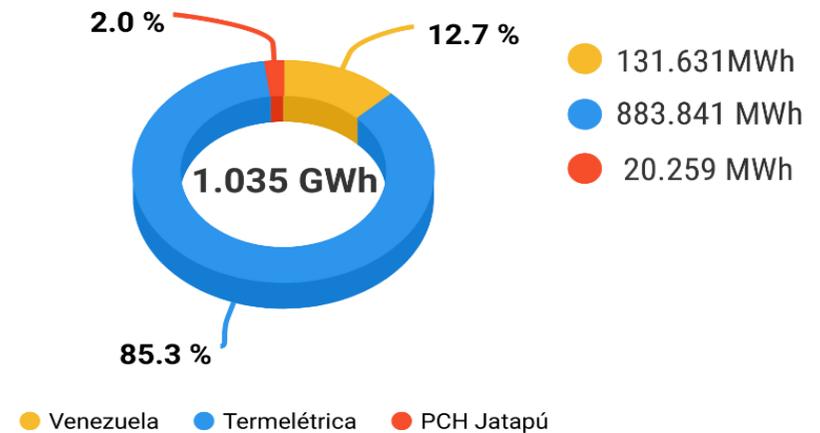
## 5. Suprimento de Energia

# SUPRIMENTO

COMPOSIÇÃO DA GERAÇÃO EM 2018 (MWh)



COMPOSIÇÃO DA GERAÇÃO EM 2019 (MWh)



Na comparação acima, percebe-se a mudança da Composição da Geração sob responsabilidade da Distribuidora, onde em 2018, a Venezuela forneceu a monta de 908.027 MWh do total (1.232 GWh) da Geração. Sendo o restante dividido em 301.666 MWh de geração de Termelétrica e 23.231 MWh da PCH Jatapú.

A partir de março de 2019, com a interrupção do fornecimento da Venezuela em março, em decorrência da política daquela nação, foi necessário a mudança da matriz energética, de geração hidrelétrica para termelétrica, passando a Roraima Energia assumir integralmente o fornecimento de energia para todo o Estado.

## 6. Perdas Elétricas

A perda de energia elétrica global é a diferença entre o que a Roraima Energia compra (energia requerida) e o que é vendido (consumo interno + mercado próprio) para os consumidores, calculando-se a média dessa equação nos últimos doze meses.

As perdas de energia globais em sistema de potência são divididas em duas parcelas, perdas técnicas e perdas não técnicas.

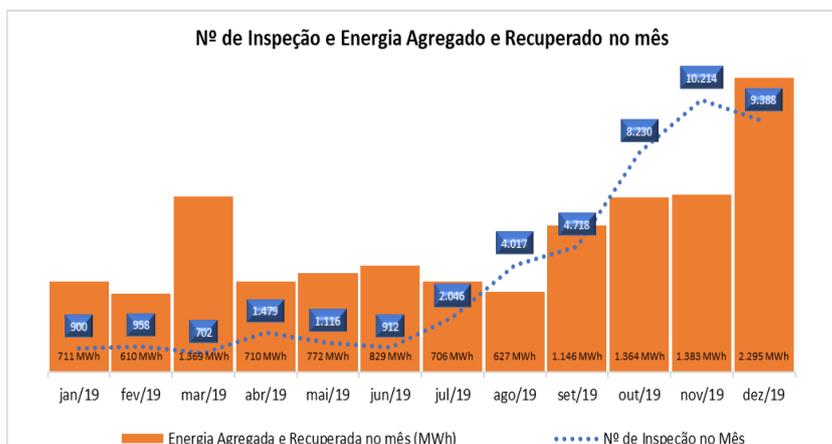
As perdas técnicas ocorrem naturalmente nos sistemas elétricos, inerentes ao processo de transporte de energia, e consistem principalmente na dissipação de energia nos diversos componentes do sistema elétrico como condutores, transformadores, medidores e equipamentos geradores de reativos, dentre outros, que consomem energia sem produzir trabalho ou contribuem para o consumo de energia por meio do efeito *joule*. A ANEEL estabeleceu um **limite de 7,62%** para o período analisado.

As perdas não técnicas, muitas vezes chamadas de perdas comerciais, podem ser definidas como a diferença entre perdas globais e perdas técnicas. São causadas normalmente por problemas relacionados à falta de faturamento da energia distribuída, e derivam de erros de medição, ou ausência de medição do consumo de energia, sendo, ainda, consequência da existência de consumidores ligados de forma clandestina, consumidores taxados, medidores descalibrados, erro de leitura, falta de confiabilidade e atualização das informações cadastrais, informações de cargas sem medição, tais como semáforos e iluminação pública e, principalmente, desvios de consumo, o furto de energia, e a fraude dos equipamentos de medição. A ANEEL estabeleceu um **limite de 11,72%** para o Período Analisado.

Desta forma, a Perda Global será a soma destas duas variáveis tendo **como limite regulatório 19,34%** estabelecido pela ANEEL para o período em análise.

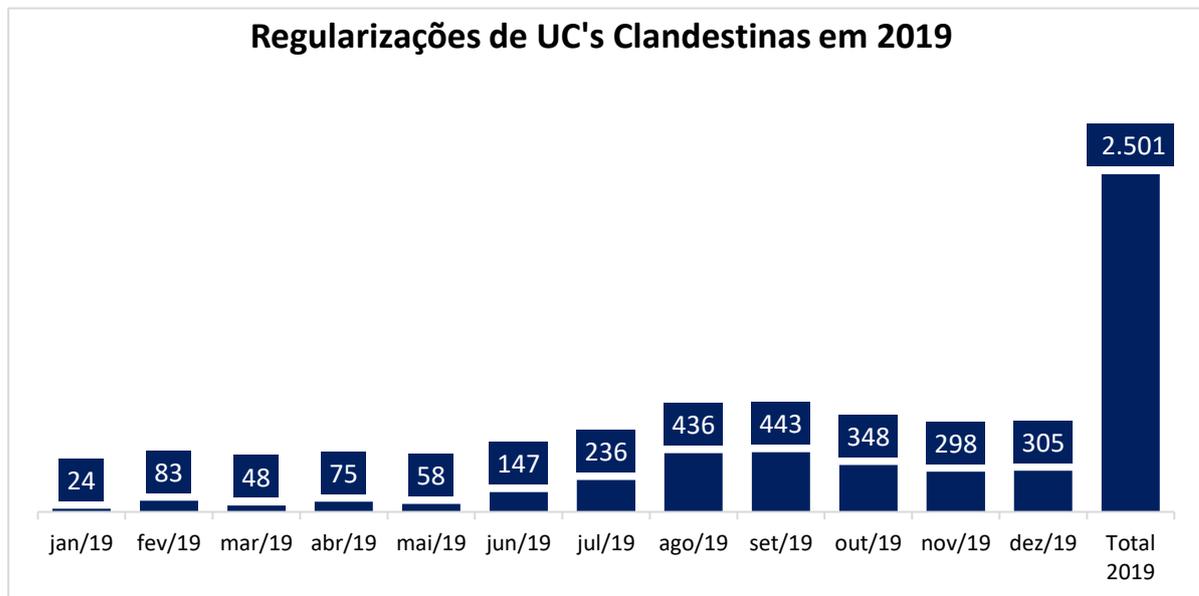
### Principais ações de Combate às perdas

- Intensificadas as ações de inspeção e fiscalização com a **contratação e treinamento de 60 (sessenta) equipes** de fiscalização a partir de outubro de 2019, que resultou no



**aumento expressivo no número de inspeções,** realizando um total de 44.680 ações de fiscalização, tendo um volume de **energia agregada e recuperada em torno de 12,5 GWh** de energia.

- Construção de rede em áreas precárias com a regularização de unidades consumidoras ligadas de forma clandestina;
- Atendimento a Vicinais e Vilas com Construção de Rede e Regularização de unidades consumidoras;
- Regularização de 2.501 unidades consumidoras clandestinas.

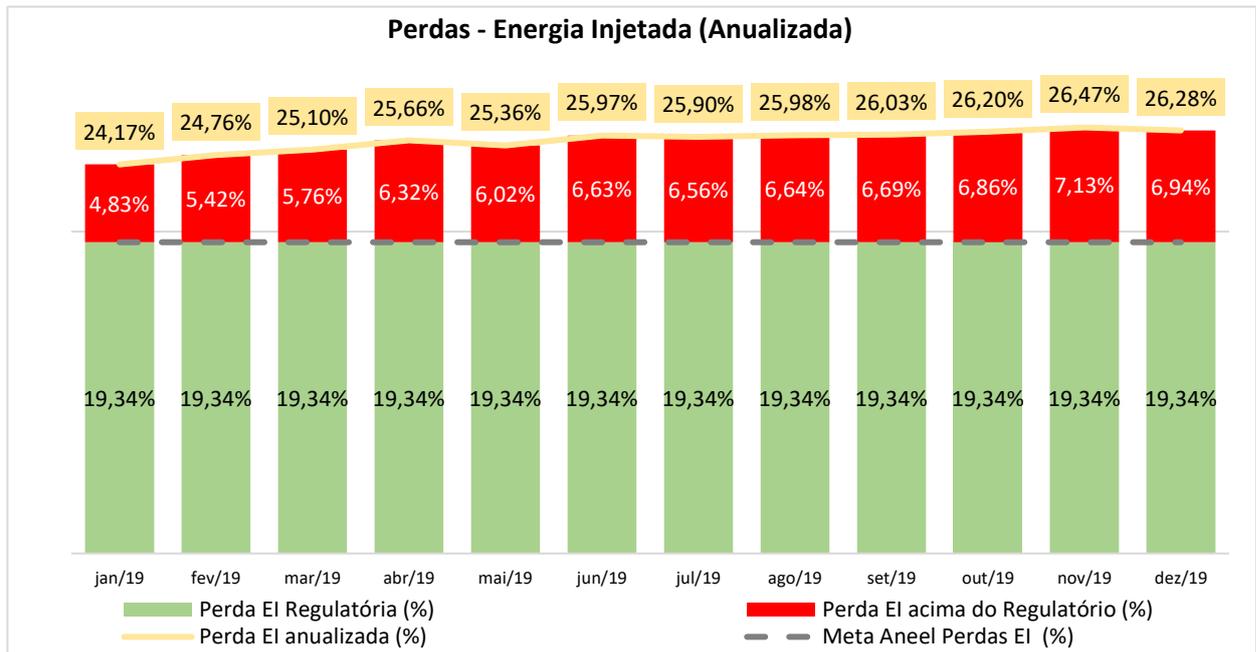


- Instalação dos Conjuntos de Medição para Alimentadores e fronteiras dos municípios de Roraima, possibilitando melhor segregação dos blocos de perdas e então maior direcionamento das ações de combate.
- Realização de convênio de cooperação técnica e administrativa entre e Roraima Energia e o Governo do Estado de Roraima, por meio da Polícia Civil, que tem a finalidade de reduzir as perdas comerciais, como também o rastreamento, mapeamento e formação de banco de dados de fraudadores, possibilitando maior conhecimento sobre os cidadãos que geram essas perdas e que consequentemente é transferida ao restante da sociedade e a Roraima Energia S/A.

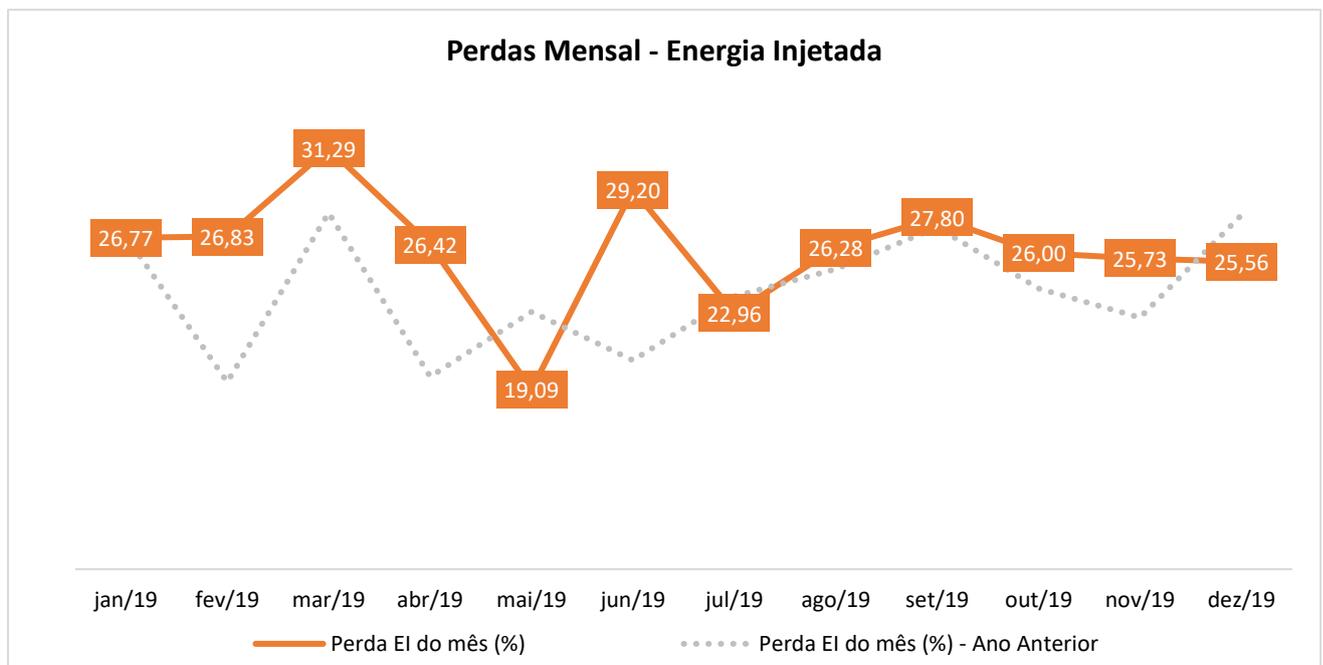
### Resultado de perdas

Apesar de apresentarmos percentuais de perdas globais acima do patamar regulatório, o aumento de equipes e a intensificação de ações de combate às perdas no segundo semestre de 2019 influenciaram na mudança de cultura de fraude e furto, até então crescente na área de concessão, resultando na redução da propensão deste delito por parte da população.

Este fato é evidenciado pela tendência de redução das perdas globais anualizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2019, conforme gráfico abaixo, e das perdas mensais entre os meses de setembro a dezembro de 2019, conforme demonstrado mais à frente.



No gráfico abaixo, conforme já citado, é possível constatar que o índice de perda mensal encerrou 2019 com tendência de queda, reflexo da intensificação das ações de combate às Perdas. Como as ações efetivas, principalmente a mobilização das equipes, se deram no segundo semestre de 2019, o maior reflexo se dará em 2020 com a continuação das ações no decorrer de todo o ano.



## 7. Inadimplência

### PARCERIAS

**Cartório**  
Custo Zero  
20 mil faturas protestadas  
644 mil arrecadado

**Delegacia - DRCASP**  
Convênio com a Delegacia de Combate aos Crimes contra a Administração para operacionalização das operações conjuntas com a Polícia Civil

**Tribunal de Justiça de Roraima**  
49 Conciliações  
416 mil homologados

### ESTRATÉGIA REALIZADA

Régua de cobrança

**Foram enviados 1.448 milhões SMS , 60.748 mil cortes, 87.653 VBS e 176 Cobrança Judiciais.**

### INADIMPLÊNCIA

**35% Jan/19**

**12% Jan/19**

**Inadimplência Pública**

**Inadimplência Privada**

**47% dez/19**

**6,5% dez/19**

REDUÇÃO  
50%

**Classe privada**  
12% de inadimplência para 6%

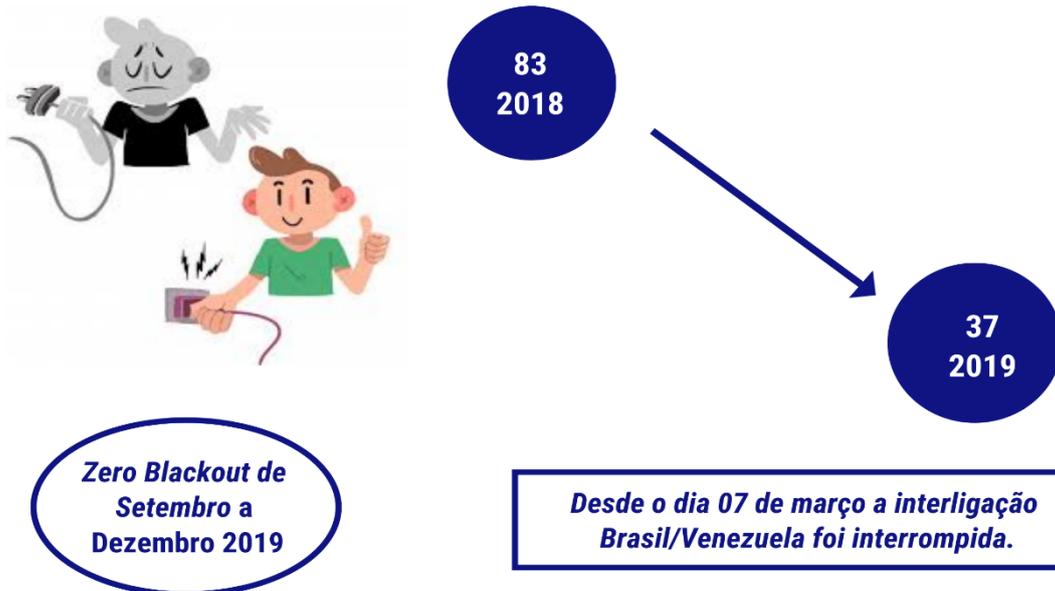
Com a intensificação da régua de cobrança e investimento na contratação de mão de obra, obtivemos um resultando positivo com reflexo do aumento da arrecadação em R\$ 157.571,27 milhões em relação ao período anterior e diminuição da inadimplência de 16,00% para 13,00%.

## 8. Qualidade do fornecimento de Energia

# Qualidade do Fornecimento de Energia



# Qualidade de Energia



Em 2019, iniciou um trabalho de melhoria nos **ajustes de proteção do Sistema de 69kV** em conjunto com ONS e UTE´s, houve disponibilização de mais equipes para atendimento emergencial, o processo de apuração dos indicadores passou por um processo de revisão dos filtros aplicados, bem como melhoria na gestão diária dos fatos relevantes, com tempo de resposta imediata para ações corretivas de manutenção.

Para 2020, será implantando um novo sistema de Gestão de Distribuição para todo o estado de Roraima, o Sistema Agil-S, o que possibilitará gestão mais específica e direcionada de equipes e produtividade, bem como aplicação destas metodologias para todo o Estado.

## 9. Programa luz para todos



# Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos – 4ª Tranche, por meio de uma gestão ativa e participativa, a Roraima Energia conseguiu ser eficiente e eficaz, alterando a meta de clientes, concluindo a ligação de todos em 2019, a um custo menor que o previsto inicialmente. Foram construídos 364,28 km de rede, instalados 533 transformadores, os quais representam um aumento de 3,72MVA no sistema elétrico de Roraima.



1456

Clientes atendidos em  
2019



8276

Para 2020 a proposta e  
atender novos clientes  
para rede convencional



1356

Proposta de atender no  
ano de 2020 Clientes com  
geração isolada por meio  
de painéis fotovoltaicos

## 10. Atendimento Comercial

# Atendimento Comercial



**Atendimentos presenciais**

**2018**  
45.226

**2019**  
72.141

→



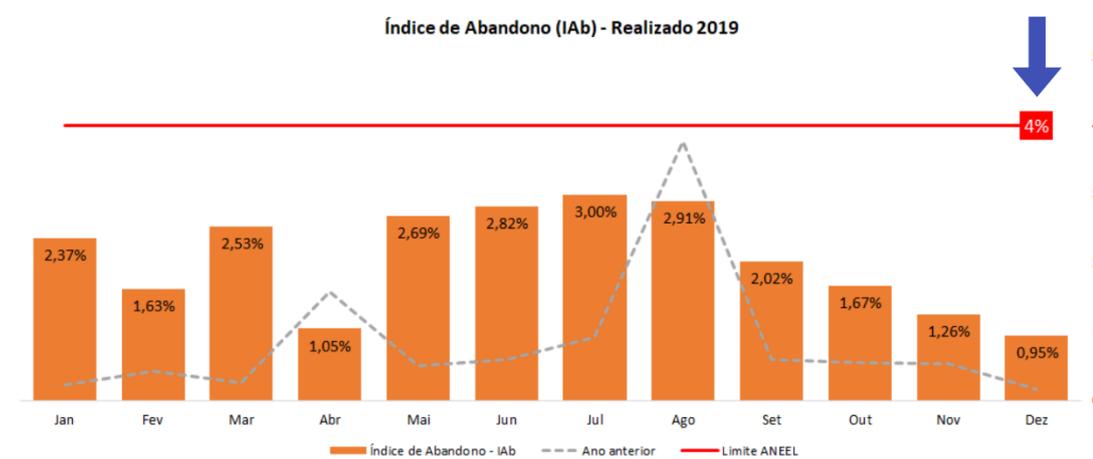
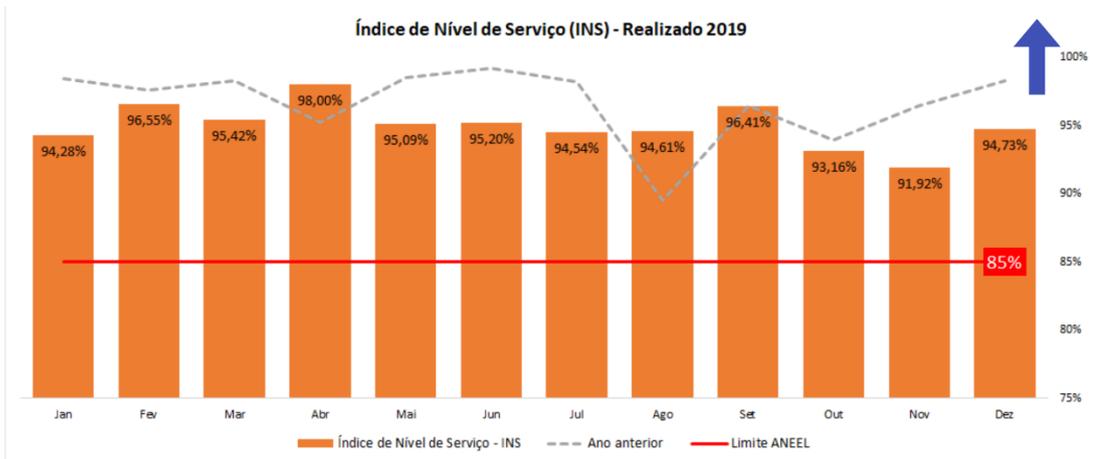
**Atendimentos Call - Center**

**2018**  
130.860

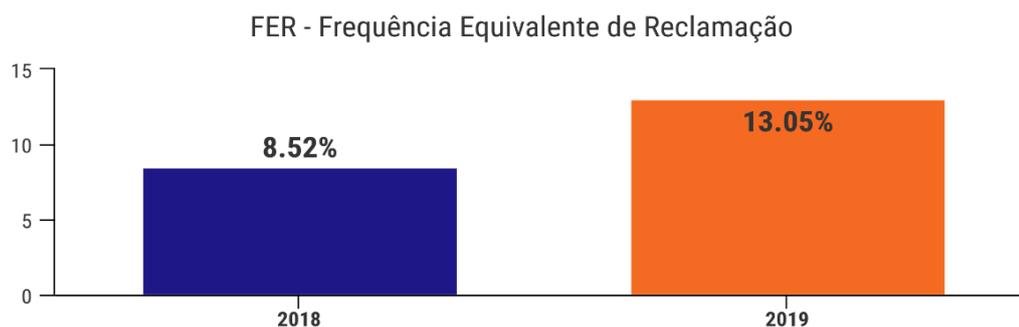
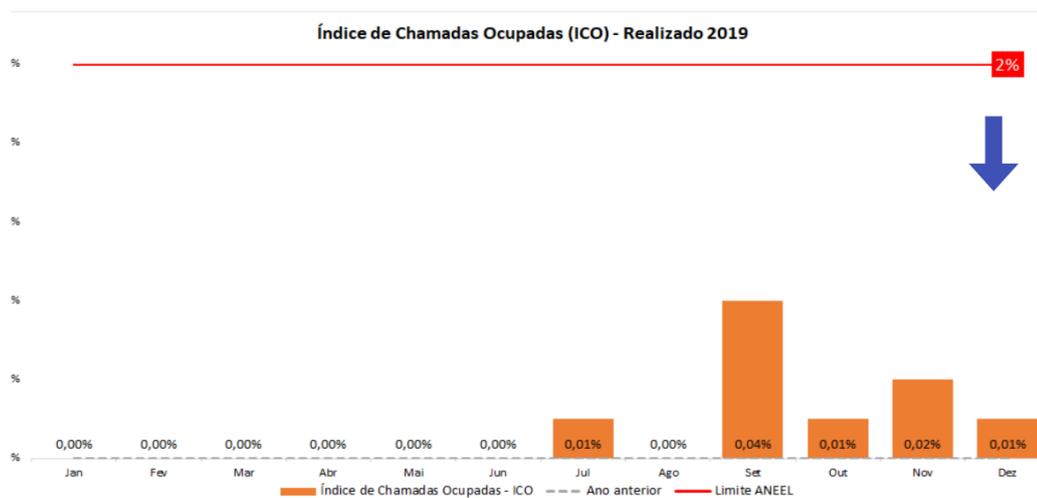
**2019**  
272.055

59,51%

107,89%



## Atendimento Comercial



Em 2019, a Roraima Energia abriu mais uma loja na capital e revitalizou as 14 lojas do interior.

Os indicadores INS, IAb e ICO, estão dentro dos limites estipulados, sendo acompanhados de perto pela contratada (monitoria em tempo real dos atendimentos), como também diariamente pela Roraima Energia;

O indicador FER, houve um aumento de 53% nas reclamações, decorrente as ações das equipes de campo com serviços de inspeção e cortes. E mesmo com o aumento nas reclamações o indicador, continuou **abaixo do limite regulatório** que era de 15, conforme os limites informados na Resolução Autorizativa Nº 7.486, de 04 de dezembro de 2018.

**A manutenção dos indicadores de atendimento dentro dos limites regulatórios, apesar do considerável aumento de equipes de combate às perdas e inadimplência, evidencia o compromisso da Roraima Energia em prestar um atendimento de excelência para a área de concessão.**

## CANAIS DE ATENDIMENTO E COMUNICAÇÕES



<https://www.facebook.com/roraimaenergia/>



<https://www.instagram.com/roraimaenergia/>



**EM 2019 REVITALIZAÇÃO DE TODAS AS LOJAS**



Instalamos a Segunda loja de atendimento na capital em uma região de grande crescimento e circulação da população.

A Roraima Energia optou por manter 14 postos de atendimento aos Clientes do interior.

Desta forma, os clientes dos 14 (quatorze) municípios não precisam se deslocar para a capital para resolver suas questões junto a distribuidora de energia.

Em 2019, foram realizadas várias campanhas orientativas, através de divulgação em mídias sociais como Facebook, Instagram, rádio e TV.

## 10.1 Satisfação do cliente

# SATISFAÇÃO DO CLIENTE

A pesquisa de Satisfação com os consumidores, atendem os contratos de Concessões das distribuidoras, tendo como objetivos:

- Conhecer o grau de satisfação dos clientes residenciais com a qualidade do produto e dos serviços prestados pelas distribuidoras;
- Gerar índices que permitam comparar o desempenho das distribuidoras entre si e;
- Oferecer às distribuidoras, instrumentos e incentivos voltados ao aprimoramento de seu desempenho.

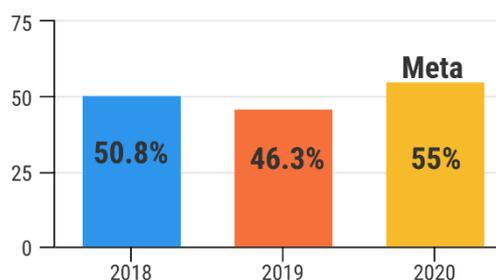


### Pesquisa IASC - ANEEL - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor

2017	2018	2019
46.36%	43.37%	41.98%



### Índice de Satisfação Geral -ISG



Incontestável que houve melhora na qualidade do fornecimento de energia elétrica para a área de concessão, conforme evidenciado no item "8" acima, todavia o aumento substancial de ações de combate às perdas elétricas e inadimplência neste primeiro ano de concessão tende a gerar um óbvio descontentamento e uma piora momentânea na percepção dos consumidores, percepção esta que deve ser revertida durante o ano de 2020 com a intensificação do plano de mídia desenvolvido pela Empresa e a continuidade das obras de qualidade previstas no PDD.

## 10.2 Ouvidoria



## OUVIDORIA

A Ouvidoria é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Normativa Nº 470, de 13 de dezembro de 2011, sendo um canal permanente de comunicação

## ATENDIMENTOS EM 2019



6092 atendimentos



18 denúncias (fraudes em medidores desvio de energia, clandestinos);



431 reclamações recebidas



425 reclamações encerradas



129 procedentes



296 improcedentes

*A Ouvidoria atende todo estado de Roraima, em 2019 o número de reclamações Improcedentes teve um acréscimo de 70%, devido aos trabalhos realização com Roraima Cidadã e aumento nas divulgações nas rede sociais da empresa.*

## 11. Gestão de Pessoas

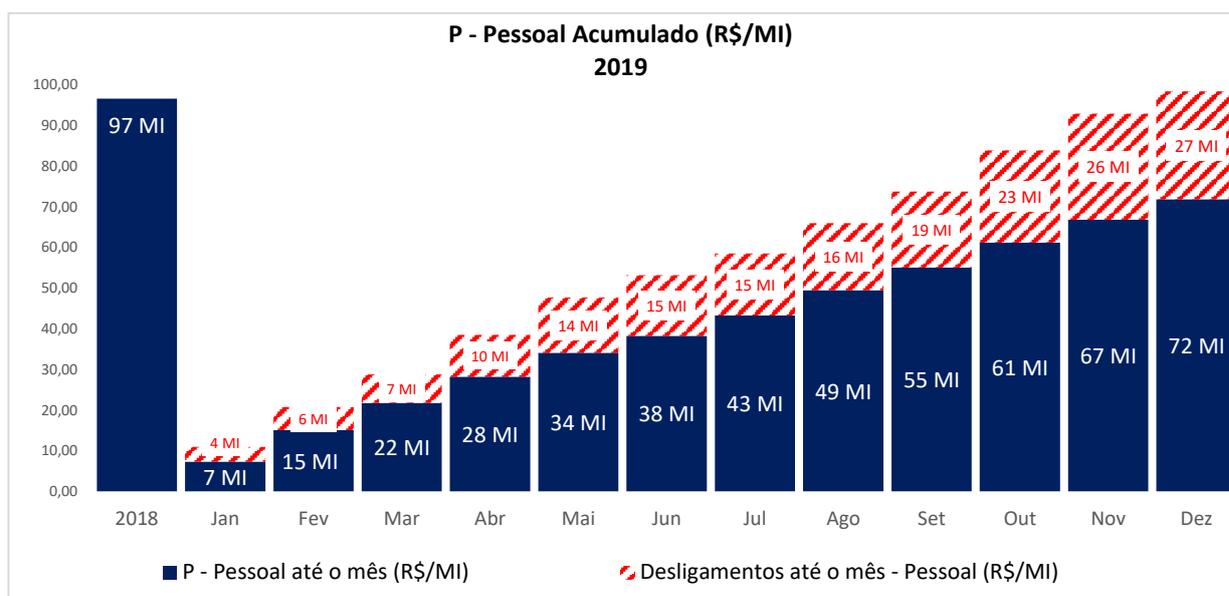


# GESTÃO DE PESSOAS

A privatização trouxe um cenário de transformação para toda empresa em especial o setor de Gestão de Pessoas, que precisou assumir vários compromissos para melhorar o desempenho operacional da empresa.

<b>1</b> PAI	<b>2</b> Programa de Trainee	<b>3</b> Acordo Trabalhista
 <p>A Roraima Energia abriu programas para os empregados que não se enquadraram a nova cultura e condições da empresa</p>	 <p>28 profissionais foram contratados</p>	 <p>Aprovação do acordo coletivo ocorreu em 25 de Maio de 2019</p>
<b>4</b> Plano de cargos e Salários	<b>5</b> Gestão de Mudança	<b>6</b> Avaliação de Desempenho
 <p>Implantação de cargos e Salários, gerando oportunidades de trabalho e desenvolvimento na empresa, servindo como base de um plano de carreira</p>	 <p>Construção de Uma Nova História, onde as mudanças de Cultura são necessárias para que nossa empresa alcance os resultados propostos para os próximos anos</p>	 <p>Avaliar, medir e reconhecer os colaboradores, avaliando o grau de contribuição dos esforços para alcançar os resultados esperados</p>

As ações acima ajudaram a companhia a reduzir os custos recorrentes com Pessoal em 25,77%, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Percebe-se que no ano de 2018, o custo com PESSOAL, teve uma realização de R\$ 97 Milhões. Em comparação ao exercício de 2019, o custo recorrente foi de R\$ 72 Milhões, uma **redução de 25 milhões**.

## 12. Compras e contratações

No dia 11 de dezembro de 2018, quando ocorreu a transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S/A, para o Consórcio Oliveira Energia – Atem, o Departamento de Suprimentos passou por um processo de transformação e reestruturação administrativa, havendo a necessidade de mudar o processo de Compras Públicas para Compras Privadas.

Dessa forma, a sistemática de compras determinada pela lei de licitação deixou de existir, e o Departamento de Suprimentos passou a adotar o sistema de compras utilizado nas empresas privadas, visando garantir o fluxo de materiais necessário à missão da organização, bens e serviços na quantidade certa, na qualidade certa, da fonte certa, no exato momento e ao preço certo.

Diante dessa nova sistemática, do quantitativo de 66 contratos de serviços que estavam vigentes, 19 contratos foram renegociados os valores contratados, com ganhos de ~R\$5,4M/ano, com economia de 4% sobre o custo anterior.

Durante o ano de 2019, foram celebrados contratos por meio de contratação direta, com a adoção de uma política de parcerias e celebrados contratos por meio de cotação eletrônica e Chamamento público, essas duas últimas modalidades foram adotadas para as contratações que envolvem recursos federais e partes relacionadas, afim de atender o que regulamenta a RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 699 e a Política de Transações entre Partes Relacionadas, que tem como objetivo estabelecer os princípios e os procedimentos a serem observados em celebrações de Transações entre Partes Relacionadas (TPR) e em situações em que haja potencial conflito de interesses, de modo a resguardar os interesses da Companhia e dos seus acionistas, e garantir o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, observar os princípios da transparência, publicidade, igualdade aos interessados e os requisitos de competitividade e conformidade, reafirmando as boas práticas de Governança Corporativa adotadas pela Roraima Energia.

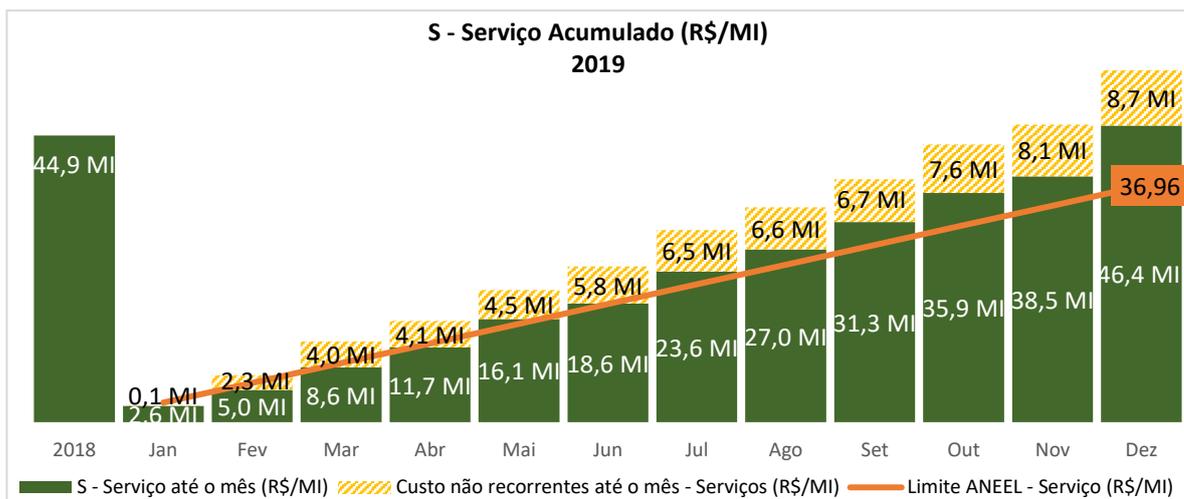
Conforme demonstrado abaixo, no exercício de 2019 foram emitidos 273 (duzentos e setenta e três) contratos, sendo:

Tipo de Contratação	Quant de Contratos (OPEX)	Quant de Contratos (CAPEX)
Contratação Direta	169	99
Cotação Eletrônica	0	03
Chamamento Público	02	0
Total	171	102
<b>Total Geral</b>	<b>273</b>	

O montante de recursos contratados está distribuído da seguinte forma:

Tipo de Contratação	OPEX Contratado(R\$)	CAPEX Contratado(R\$)
Contratação Direta	201.754.720,57	51.265.252,35
Cotação Eletrônica	-	811.730,00
Chamamento Público	76.780.000,00	
Total	278.543.720,57	52.076.982,35
<b>Total Geral</b>	<b>330.620.702,92</b>	

As contratações da Roraima Energia, buscam otimizar custos na busca do Equilíbrio Econômico-Financeiro e para isso implementou a **mesa de negociação e compras** composta por uma equipe multidisciplinar dos departamentos Jurídico, Compliance e Compras.



No gráfico disposto acima, percebe-se o aumento no resultado de S – Serviço de Terceiros de 44,9 Milhões em 2018 para R\$ 46,4 Milhões em 2019 de Custos Recorrentes e R\$ 8,7 Milhões de Custos Não Recorrentes. Este aumento foi decorrente das contratações de Consultorias (BAIN, RTE, SAP e CSC) ao longo de 2019, investimentos para automação dos processos da Distribuidoras e na **contratação de Equipes de Combate às Perdas e Inadimplência**, onde anteriormente a companhia disponha de **34 equipes**, na concessão anterior, e passou a integrar o montante de **122 Equipes**. Um crescimento substancial de **259% de equipes**.

### 13. Responsabilidade Social e Ambiental

A Roraima Energia S/A, nasceu para distribuir energia elétrica com sustentabilidade econômica e socioambiental, proporcionando qualidade de vida às pessoas e desenvolvimento ao estado de Roraima através de um serviço inovador e de qualidade.

Ademais, a Roraima Energia S/A erigiu seu negócio com a visão de garantir a excelência regulatória e da qualidade dos serviços, para se tornar referência no setor elétrico brasileiro até 2025 e gerar valor aos acionistas, colaboradores e sociedade.

Nesse sentido, foram desenvolvidas várias ações de cidadania para disseminar informações dos principais serviços da empresa e assim proporcionar uma relação próxima e transparente com seu público consumidor. Entre eles, **Campanha de doações, AgrosHOW, Roraima Energia Cidadã, Circuito Educacional – Eletrificação Rural Luz para Todos, Regularização de ligações Clandestinas.**



A Roraima Energia tem compromisso em mitigar os riscos socioambientais e conseqüentemente financeiros, operacionais e outros inerentes aos negócios da empresa.

A energia com qualidade de fornecimento, continuidade do serviço, justiça no custo/benefício, fundamentada na valorização das pessoas, foco nos clientes, foco nos resultados, visão regulatória, excelência, ética, proatividade, são os valores que essa distribuidora de energia pretende perenizar.

### 13.1 Publicidade, Doações e Patrocínios

Durante o ano de 2019 foram realizadas algumas campanhas publicitárias. Falamos sobre “prevenções de acidentes com energia elétrica”, levamos até o consumidor explicações sobre a fatura de energia através do “Conheça sua Conta”, alertamos os consumidores que altas temperaturas contribuem para a elevação do valor da fatura e uma série de informações com a campanha: “Essa informação é da sua Conta” com abordagem de vários assuntos como: Se houve aumento de tarifa; Quando a tarifa sofre alteração; Se o consumo de energia elétrica aumenta durante o ano; Para onde vai o dinheiro pago na fatura de energia elétrica; Sobre a tarifa de energia de Roraima se é a mais cara do Brasil; Esclarecimento se o consumidor residencial roraimense é o que mais consome energia no Brasil.



O destaque de 2019, foi nossa campanha de consumo consciente de energia elétrica que dá dicas aos consumidores de como economizar energia em sua residência através de depoimentos reais de

consumidores. Todos os personagens dessa campanha foram ganhadores de uma ação educativa realizada nas escolas pela antiga Eletrobras, a ação visava o acompanhamento de professores e alunos e seu consumo de energia antes e após receberem e aplicarem as dicas de consumo consciente em suas residências. Esses personagens falam com propriedade, porque vivenciaram que é possível economizar através de simples mudanças de hábito. A campanha foi lançada no final de agosto/19 e teve veiculação até dezembro/19. A Roraima Energia avalia que essa campanha contribuiu para uma redução de consumo no decorrer do período de temperaturas elevadas.

Foram realizados dois eventos de promoção de cidadania que ocorrem respectivamente nos municípios de São Luiz e Bonfim. O custo estimado com cada ação foi de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que envolve a logística de transporte, alimentação e aquisição de materiais, totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em 2019.

A Roraima Energia patrocinou a realização IV Semana de Engenharia Elétrica da UFRR, com patrocínio de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que foram rateados da seguinte forma: R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) – contratação de *coffee break*, R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) – produção de material gráfico para divulgação e organização do evento, feito pela empresa Publicolor comunicação

Visual (F.D. Rabelo Nascimento Eireli Epp) e R\$900,00 (novecentos reais) - produção de material gráfico para divulgação e organização do evento, produzido pela MGM gráfica (L.S. Praia), conforme Ofício n.º 09/2019/DEE de 30/10/2019 o evento ocorreu no período de 11 a 14 de novembro de 2019, e foi promovido pelo curso de Engenharia Elétrica da UFRR para atender aos alunos e profissionais da área.

Em dezembro de 2019, foram doadas mil cestas básicas a várias instituições filantrópicas com um custo de 100 mil reais.

Essa ação fez parte das comemorações do primeiro ano de existência da empresa.

### 13.2 Sustentabilidade

Atualmente, não se tem mais dúvidas de que o crescimento econômico caminha lado a lado com o desenvolvimento socioambiental. A Roraima Energia, pela natureza de seu negócio, entende as questões socioambientais como parte expressiva de sua missão. Isso se reflete no alinhamento de suas práticas de gestão, no conjunto de seus valores e programas organizacionais.

**Fique Ligado**

## Celebração Dia das Mulheres - Colaboradoras da Roraima Energia



Evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher/2019. Foi celebrado no Auditório da Sede Administrativa da Roraima Energia, no dia 14/03, com iniciativas internas voltadas para as suas funcionárias.

Uma ação bastante comum nessa data especial, é a distribuição de brindes e homenagens para as colaboradoras da empresa. O Dia Internacional da Mulher surgiu como uma homenagem a uma série de movimentos a favor dos direitos das mulheres. Seguindo esses exemplos, o 8 de março é uma boa oportunidade para convidar mulheres com experiência, seja de dentro ou de fora da empresa, para compartilharem suas visões sobre questões atuais, promovendo o debate e a troca de experiências entre as colaboradoras da empresa.

**Programação:**

- Abertura: Emanuela Matias Ribeiro
- Apresentação Cultural: Orquestra de Câmara – IBVM
- Palavra do Diretor Presidente: Orsine Oliveira
- Apresentação da temática: Perfil da mulher no mercado de trabalho em Boa Vista/RR – Vereadora Mirian Reis
- Mesa redonda com algumas empregadas – Mediadora Jornalista Jussara Freitas
- Homenagem às 7 aposentadas – Scheila Hortman logo depois foi organizado um Coquetel.

**Agradecimentos:**

- Diretor Presidente – Sr. Orsine Oliveira
- Diretor de Relações Institucionais – Sr. Anselmo S. Brasil
- Gerente do DIR – João Roberto do Rosário.
- Aos demais diretores através dos Departamentos: DFP / DFS / DFF / DIR
- Vereadora Mirian Reis
- Jornalista Jussara Freitas e Instituto Boa Vista de Música



Entendemos que uma empresa social e ambientalmente responsável é aquela que tem compromisso em mitigar os riscos socioambientais e consequentemente financeiros, operacionais e outros inerentes ao negócio da empresa, que se preocupa com as partes interessadas, sendo capaz de se aproximar da comunidade, construindo uma imagem positiva de sua marca com sustentabilidade.

### 13.3 Premiação

#### Selo Instituto Chico Mendes – Projeto Logística e Manufatura Reversa



A Roraima Energia foi certificada com o selo verde do Instituto Socioambiental Chico Mendes, organização genuinamente brasileira, atuante desde 2004, em prol a sustentabilidade e pioneira no quesito Certificação



Socioambiental no Brasil, por meio do PROJETO LOGÍSTICA RESERVA DE MEDIDORES DE ENERGIA OBSOLETOS – DESCARTE SUSTENTÁVEL E AMBIENTALMENTE SEGURO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

### 13.4 Compromisso com o Meio Ambiente

A Roraima Energia S/A iniciou em junho de 2019, trabalho importante para regularização e adequação ambiental das unidades de geração de energia no interior do Estado.

Devido ao estado precário que essas unidades de geração de pequeno porte do interior do Estado se encontravam, no que tange a documentação ambiental, foi necessário fazer inicialmente o mapeamento do passivo ambiental existente em cada usina e suas causas, com a elaboração posteriormente de análise laboratorial, além de elaboração de estudos ambientais com planos de controle ambiental visando o licenciamento dessas unidades.

Em paralelo iniciamos um planejamento com ações de médio prazo, buscando eliminar geração a óleo diesel. A ação contemplará a conexão destas localidades ao sistema de Boa Vista por meio de obras do PLpT (4ª e 5ª Tranches), Obras com recursos próprios e obras conduzidas por prefeituras e governo do Estado que ao interligar uma localidade, será eliminado o grupo gerador atualmente instalado. Para as localidades com impossibilidade de interligação devido a distância ou outra restrição de acesso, está em avaliação junto ao MME, a implantação de sistemas fotovoltaicos com bancos de baterias, eliminando também a geração a óleo diesel.

Com esta diretriz, a empresa tem como propósito reduzir gradativamente a utilização de fontes de energia não renováveis e está tomando as ações que são possíveis na sua área de concessão. Neste aspecto esperamos que ocorra também a interligação de Roraima ao SIN, possibilitando que utilizemos como fonte a matriz brasileira do sistema interligado que possui predominância de fontes renováveis.

## 14. Tecnologia da Informação – Projetos

Com o objetivo de promover eficiência administrativa e operacional, em 2019 foram investidos em projetos estruturantes e inovadores a fim de transformar a forma de operar e atender os clientes internos e externos. Foram realizadas as seguintes ações:

- ✓ Interligação do COS com ONS;
- ✓ Atualização do sistema e equipamentos de fonia de Jatapu;
- ✓ Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Melhores do ano 2019 (projeto de meritocracia);
- ✓ Apoio aos processos de Conciliação Judicial ;
- ✓ Apoio e participação de ações sociais na capital e interior;
- ✓ Implantação do Sistema de Gestão de Comunicação com frotas técnicas, para capital e interior (Autotrak);
- ✓ Atualização da Solução de segurança de perímetro digital da rede corporativa;
- ✓ Implantação de segurança de perímetro digital da rede Operativa, fase1;
- ✓ Interligação e montagem de infraestrutura de TI da Nova loja de atendimento;
- ✓ Implantação do Sistema Nexo (segurança e saúde do trabalho);
- ✓ Implantação de novos Relógios de Pontos (redução dos custos operacionais);
- ✓ Migração do sistema de Telemedicação de Brasília para Boa Vista;
- ✓ Atualização/adequação de organograma do Sistema de folha de pagamento e ERP;
- ✓ Desenvolvimento e implantação do Sistema de Pós Corte;
- ✓ Modernização do Sistema de Leitura em Campo;
- ✓ Implantação do sistema de pagamento pós;
- ✓ Revisão e melhoria dos normativos internos de TIC.

Deram início em 2019 e estão em andamento para finalização em 2020 os projetos:

1. Implantação do novo sistema de Gestão Empresarial SAP S4/HANA, que visa melhorar a consolidação das informações e processos gerenciais da empresa, bem como otimizar o processo de suporte à gestão de projetos de rede elétrica para atendimento à regulação. Trazendo maior eficiência operacional à Roraima Energia.

Fase do projeto SAP:



2. Modernização do sistema de Gestão Técnica (Ágil-S), com a implementação dos módulos de operação, projetos, fiscalização, BDGD e manutenção de rede e de subestação, ampliando a gestão e automatização de processos operacionais no dia a dia da empresa.
3. Em paralelo está sendo realizado desde outubro/2019 todo o levantamento de ativos elétrico do estado de Roraima, processo que incluir o cadastro e atualização de todos os ativos de rede georreferenciado, projeto previsto para término em abril/2020.

## 15. Ambiente Regulatório da Concessão

### Fatos Relevantes

O ano de 2019 foi marcado pelo início da nova concessão da Roraima Energia, agora sob administração de novos acionistas que se depararam com grandes desafios face aos graves problemas da empresa, dentre os quais destacamos custos operacionais e perdas acima dos níveis regulatórios, necessidade de investimentos e índices de qualidade no fornecimento bem abaixo do ideal, dentre outros.

Desta forma, logo que o Contrato de Concessão nº 004/2018-ANEEL foi assinado, em dezembro de 2018, uma série de medidas foram iniciadas com o objetivo de sanear a Companhia para que as adequadas condições de regularidade, eficiência operacional e qualidade do serviço sejam atingidas o mais breve possível.

Não bastassem os desafios da Concessão de Distribuição, que por si só demandam energia suficiente para a nova gestão, em 07 de março de 2019, o suprimento venezuelano foi totalmente interrompido obrigando a Roraima Energia a acionar na plenitude todas as usinas termelétricas instaladas por força das Portarias do Ministério de Minas e Energia para garantir o atendimento ao estado de Roraima.

Tal evento desencadeou uma série de medidas emergenciais com o objetivo de resguardar o fluxo de caixa necessário para honrar os expressivos custos da geração termelétrica e garantir a devida neutralidade dos custos da Parcela A para a Distribuidora como prevê o Contrato de Concessão nº 004/2018-ANEEL.

A interrupção do suprimento venezuelano, imputou demasiado ônus à Distribuidora no tocante a obrigação de gerar energia elétrica, na medida em que os recursos humanos e financeiros se dividem na realização das atividades de geração e distribuição e dos investimentos necessários para a recuperação da Companhia, reduzindo assim a velocidade das ações planejadas.

Isso porque, a prestação do serviço de distribuição nas regiões dos denominados Sistemas Isolados, têm características próprias que em dada medida fogem à gestão direta das Concessionárias, em especial no tocante a aquisição de energia elétrica necessária ao atendimento da região, os quais são em demasiado superiores àqueles praticados no âmbito do SIN.

Nesse aspecto, o reembolso de valores da Conta Consumo de Combustíveis - CCC é essencial para manter as condições de suprimento de energia elétrica nessas regiões, assegurando a adimplência junto aos fornecedores e afastando o risco de desabastecimento à população.

Desta forma, para promover o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados que ainda dependem de geração termelétrica, caso em questão desta Distribuidora, a cobertura pela CCC é essencial para tornar o preço da energia compatível ao restante do País.

Importante destacar a condição estabelecida no processo de desestatização de que a venda da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica ocorresse de forma associada à alienação de ações da então Boa Vista Energia. Assim, considerando que nos últimos anos a Distribuidora atuou de forma precária e provisória sob o regime de designação, foi imperiosa a necessidade de se revisitar todo o processo interno de reembolso da CCC para aferir a regularidade dos controles, medições, pagamentos e recebimentos dos custos totais de geração à luz da regulamentação vigente, da eficiência do processo e de modo a garantir o cumprimento dos direitos e deveres da Distribuidora.

Tais medidas também se expandiram para as mais diversas áreas da empresa e grandes projetos foram iniciados, tais como a modernização dos sistemas de gestão empresarial e técnica, além da atualização cadastral dos ativos do sistema elétrico, com o objetivo de retomar no menor tempo possível a sustentabilidade econômico-financeira, bem como a qualidade do serviço prestado à população do estado de Roraima.

No ano de 2019, diversos movimentos de parlamentares, organizações civis e de defesa do consumidor, se fortaleceram no sentido de manifestar insatisfação quanto ao preço das tarifas de energia aprovado para o Estado.

Prova disso é que a Distribuidora foi muito demandada e participou de mais de uma dezena de audiências públicas nas diversas Câmaras de Vereadores da capital e dos diversos municípios do Estado, assim como na Assembleia Legislativa, na Câmara de Deputados, no Senado Federal e ainda teve que se manifestar em diversos processos judiciais, que ao final atestaram a regularidade dos procedimentos adotadas pela concessionária.

Em todos os fóruns em que foi demandada, a distribuidora envidou seus melhores esforços no sentido de demonstrar a sua competência e responsabilidade quanto aos itens cobrados nas faturas de energia, a fim de esclarecer a população e demais órgão que a maioria das exigências fogem a competência da Roraima Energia, evidenciando que aquilo que compete à esta empresa está sendo realizada da melhor forma possível, dada as condições atuais disponíveis.

### **15.1 Acompanhamento e Desempenho das Distribuidoras pela Aneel**

Desde o início da concessão a Roraima Energia encaminha para a ANEEL, relatórios trimestrais que visam atestar o desempenho de ações e indicadores, bem como

participa de reuniões periódicas atendimento ao Ofício nº 113/2019 – DIR/ANEEL que trata das ações de monitoramento por parte do órgão regulador.

O relatório estabelece os seguintes indicadores como prioritários para acompanhamento da Distribuidora:

- Continuidade: DEC e FEC;
- Compensações por violação aos indicadores de continuidade;
- Prazo de atendimento aos serviços comerciais, por tipologia; e estoque de serviços comerciais pendentes de atendimento, por tipologia;
- Teleatendimento (INS, IAb e ICO);
- Reclamações (Ouvidoria);
- Nível de perdas não técnicas sobre BT;
- Segurança do trabalho e da população;

Nas reuniões presenciais na Agência, é apresentado pela ANEEL suas percepções colhidas a partir dos resultados dos indicadores e os Diretores da Distribuidora apresentam as medidas adotadas pela companhia, demonstrando transparência junto ao órgão regulador e todos os desafios que a empresa vem enfrentando para atender todas as exigências regulatórias, mesmo diante da situação de atendimento emergencial no tocante a geração de energia, destacando ainda necessidade da Agência apoiar na busca de soluções às assimetrias encontradas.

## 15.2 Reajuste Tarifário

Em 29 de outubro de 2019 a Aneel autorizou o reajuste tarifário da Boa Vista Energia que representou um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de - 2,12% (menos dois vírgula doze por cento).

O índice de reajuste tarifário de 2019, aprovado pela ANEEL, reduziu as tarifas de energia elétrica para os consumidores roraimenses. O resultado do processo conduz a um efeito médio negativo nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -2,12% (menos dois vírgula doze por cento).

O índice de reajuste de 2019 aprovado pela ANEEL foi publicado por meio da Resolução Homologatória nº 2.634, de 29/10/2019, conforme apresentado a seguir:

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cativo	
Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (> 2,3 kV)	-1,33%
BT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	-2,34%
<b>Efeito médio Geral</b>	<b>-2,12%</b>

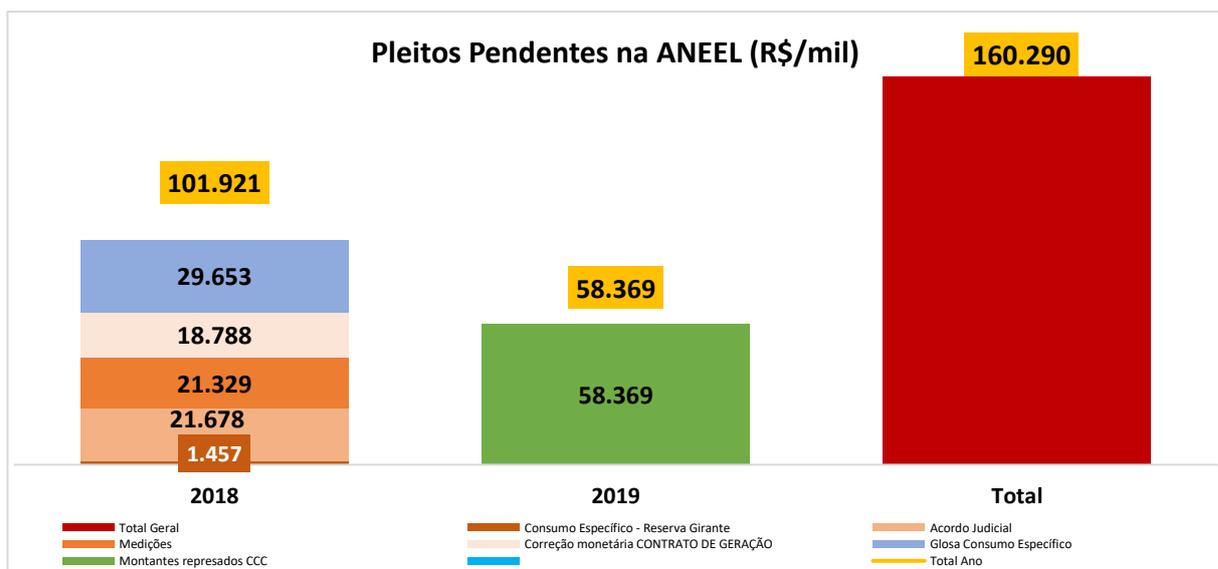
### 15.3 Assimetrias Regulatórias – Recuperação de Receitas

As atividades de distribuição desenvolvidas no âmbito da concessão da Roraima Energia estão envolvidas em um contexto de extrema excepcionalidade em virtude do caráter de atendimento emergencial resultante do atendimento exclusivo por fonte termelétrica no estado de Roraima.

No âmbito desse processo de geração de energia elétrica foram detectadas diversas assimetrias que fogem a Gestão da Concessionária. Para que tais atividades não comprometessem as atividades de distribuição de energia elétrica, diversos pleitos foram apresentados para a Agência Reguladora.

Com o empenho incansável das equipes envolvidas e após diversas correspondências e reuniões com os técnicos da ANEEL conseguimos avançar e obter êxito em muitos dos pedidos formalizados à Agência.

Apresentamos a seguir um resumo dos recursos envolvidos nessas assimetrias para as quais solicitamos apreciação da Agência, com o objetivo de resguardar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.



Os pleitos apresentados visam garantir a devida neutralidade dos custos de geração, permitindo o recebimento da receita necessária para a cobertura dos custos com energia, conforme previsto no contrato de concessão.

### 15.4 Pleitos reconhecidos pela ANEEL em 2019

Dentre os pleitos mais significativos reconhecidos pela ANEEL no ano de 2019, temos:

- Alteração da sistemática de reembolso da CCC de periodicidade mensal para semanal, com o objetivo de minimizar o impacto no fluxo de caixa da empresa, em decorrência dos vultosos montantes envolvidos na atividade de geração;

- Reconhecimento do limite de consumo específico das usinas do sistema Boa Vista, resultando em uma devolução de cerca de R\$ 30 milhões, e custos evitados da ordem de R\$ 80 milhões que poderiam ser glosados da Roraima Energia em relação as demais usinas, caso o pleito não fosse acatado;
- Liberação do montante de cerca de R\$ 58 milhões de recursos da CCC, que estavam represados pela CCEE devido a ausência do Certificado de Adimplemento da ANEEL;
- Aprovação da cessão dos CCEARs firmados para as demais empresas de distribuição do país e adoção de um MCSD separado para a liquidação desses contratos, de modo a minimizar os impactos desses contratos para a Roraima Energia.

O deferimento dos pleitos, conforme demonstrado acima, confirmam que a área de concessão de Roraima, possui assimetrias que necessitam de um tratamento diferenciado por parte da Agência e demais instituições do setor elétrico.

### **15.5 Pleitos que aguardam avaliação da ANEEL**

Alguns pleitos ainda aguardam apreciação por parte da Agência, dos quais destacamos:

- Processo 48500.005942/2018 - Custos não reembolsados pela CCC, da ordem de R\$ 50 milhões que aguardam a inclusão do processo na pauta da diretoria da ANEEL.
- Reembolso Custos de O&M relacionados a atividade de geração da ordem de R\$ 6,5 milhões.
- Reapresentação do pleito de alteração do fator de corte (R\$ 23 milhões já foram glosados em função do atendimento em condição emergencial).
- Conclusão da operacionalização da decisão contida no Despacho 2.300/2009, relativa a cessão e recontabilização dos CCEARs.
- Emissão do certificado de adimplemento positivo com efeito negativo para fins de liberação de recursos da ordem de R\$ 17 milhões de subsídios tarifários que estão represados pela CCEE por ausência de Certificado de Adimplemento pela ANEEL.

A apreciação breve de tais pleitos são importantes para garantir a devida neutralidade dos custos com geração, para que a Distribuidora tenha recursos suficientes para prestar o serviço de distribuição de energia de energia elétrica em conformidade com o contrato de concessão.

Importante ressaltar que, ao passo que a Distribuidora avança nas medidas de reestruturação da Distribuidora, outras assimetrias foram identificadas e internamente estão em fase de instrução para oportunamente serem submetidas para apreciação pela Agência.

## 16. Investimentos

Em 2019, a Roraima Energia contemplou, no seu programa de investimento, a execução de obras no valor de R\$ 34,96 mil nos segmentos de distribuição no combate à perda, infraestrutura e programa Luz para todos - PLPT, buscando a melhoria, a qualidade e a continuidade dos serviços prestados nos 15 municípios do estado de Roraima, conforme detalhamento abaixo:

<b>Natureza dos Investimentos</b>	<b>2019 (R\$/MI)</b>	<b>2018 (R\$/MI)</b>
Distribuição	9,59	14,59
Combate à Perda	1,29	4,00
Infraestrutura	7,06	5,36
PLPT	17,03	-
<b>Total Geral</b>	<b>34,96</b>	<b>23,95</b>

Observa-se um **aumento de 46%** comparando os anos 2019 e 2018 decorrente, principalmente, da mudança e melhoria das práticas de gestão com o advento da nova concessão e da retomada do programa Luz para todos - PLPT.

### 17. Desempenho Econômico e Financeiro

<b>Dados Econômico-Financeiros com RGR</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018 – 2019 %</b>
<b>(R\$ mil)</b>					
Receita Operacional Bruta	389,63	576,34	939,30	761,95	-18,88
Receita Operacional Líquida	304,67	430,75	721,36	501,68	-30,45
LAJIDA	-168,86	-113,91	215,91	-190,86	-188,40
Resultado do Serviço	-237,80	-123,88	211,65	-199,76	-194,38
Resultado Financeiro	-90,22	-90,06	-175,34	-56,84	-67,58
Lucro/Prejuízo Líquido	-269,99	-213,94	31,32	-256,59	-919,35
Ativo Total	684,90	795,01	1.185,99	1.013,99	12,19
Patrimônio Líquido	-609,31	-823,37	-277,12	-560,51	102,26
<b>Indicadores Econômico-Financeiro (%)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018 – 2019 %</b>
Margem LAJIDA	-25,68	-6,46	29,93	-38,04	-227,11
Margem Líquida	-88,62	-49,67	4,34	-51,15	-1.278,13
Cobertura do Serviço da Dívida	-107,76	-1147,88	426,70	-446,56	-204,65
Rentabilidade do Capital Próprio	-44,31	-25,98	11,30	-48,16	-526,12
Participação do Capital Próprio	-77,27	-92,25	-23,37	-40,66	74,03
Grau de Endividamento	177,27	192,25	-19,44	-62,28	220,35
<b>Ações (und.)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018 – 2019 %</b>
Valor Patrimonial da Ação (lote mil ações)	-1,9	-2,57	-0,99	-1,64	92,28
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	-0,84	-0,67	-0,10	-0,78	-919,35

<b>Dados Econômico-Financeiros sem RGR</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018 – 2019 %</b>
<b>(R\$ mil)</b>			
Receita Operacional Bruta	589,92	761,95	29,16
Receita Operacional Líquida	407,79	501,68	29,16
LAJIDA	-92,66	-190,86	105,99
Resultado do Serviço	-101,92	-199,76	96,00
Resultado Financeiro	-210,55	-56,84	-73,01
Lucro/Prejuízo Líquido	-312,47	-256,59	-17,88
Ativo Total	903,83	1.013,99	12,19
Patrimônio Líquido	-620,91	-560,51	-9,73

### **Receita Operacional Bruta - ROB**

A Empresa obteve uma receita operacional bruta de R\$ 761,95 mil que representa uma redução aproximada de 18,88% comparado com o exercício de 2018. Embora a cobrança do repasse tarifário médio tenha sido positivo de 38,50%, vigente a partir de novembro 2018 até outubro de 2019, a Contabilização em 2018 da Receita de CVA de R\$ 349.376 mil interferiu negativamente sendo o principal fator da redução.

Quando a ROB é analisada com o expurgo da receita de RGR em 2018, há uma melhora de 29% em 2019.

### **Receita Operacional Líquida**

A Empresa apresentou uma ROL de R\$ 501,68 mil, obtendo uma variação negativa de 30,45% se comparado com o mesmo período de 2018, em decorrência dos fatos relatados na receita operacional bruta.

### **Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – LAJIDA**

O LAJIDA é o lucro das operações sociais da empresa adicionados dos custos de depreciação e amortização que são despesas econômicas e não financeiras, não onerando o caixa da empresa. Em 2019, obteve-se um LAJIDA negativo de R\$ 190,86 mil.

### **Lucro/Prejuízo do Exercício**

As Demonstrações Financeiras da Roraima Energia se consolidaram no período especificado de 2019 com um prejuízo líquido de R\$ 256.593 mil, em comparação ao lucro líquido de R\$ 31.317 mil do exercício de 2018. O lucro do período de 2018 foi ocasionado principalmente, pelo reconhecimento do direito à neutralidade econômica, enquanto esteve operando sob a forma de Designação, da receita de CVA-RGR no montante de R\$ 349.376 mil.

Não considerando a Receita de CVA-RGR o prejuízo de 2018 seria de R\$ 312.470 mil, neste prisma estrutural o prejuízo de 2019 foi inferior em 17,9% em relação a 2018.

Devemos destacar nos custos totais estão incluídos os custos não recorrentes com o programa de incentivo à demissão voluntária (PDV/PAI), Consultorias (BAIN, RTE, CSC e SAP) e provisões societárias, que somam o montante de R\$ 47.150 mil. Os custos totais sem os valores não recorrentes ficam em R\$ 624.595 mil e o resultado da Companhia ficaria em R\$ 209.443 mil.

Considerando o montante de R\$ 75.012 mil da reversão do passivo de Tancagem Inicial, o resultado conjuntural é da monta de (R\$ 284.455 mil) em 2019, inferior em 21% em comparação ao estrutural de 2018 (R\$ 359.590 mil).

Diante desta melhora estrutural e das ações em andamento na Companhia, evidencia-se a continuidade operacional da empresa, tendo como previsão para o turnaround o ano de 2024.

## 18. Gestão Financeira

A partir do 1º semestre de 2019, diversas medidas foram iniciadas pelos novos controladores da Distribuidora, com o objetivo de atingir no menor tempo possível o reequilíbrio econômico e financeiros da Companhia, bem como o restabelecimento dos indicadores de performance financeira e operacionais, além da obrigatoriedade no cumprimento dos indicadores financeiros estabelecidos pelo contrato de Concessão 004/2018.

Tais medidas se expandiram para as mais diversas áreas da empresa, com maior foco no tocante a redução dos índices de inadimplência e perdas, além de uma sustentável e estratégica gestão voltada a grandes projetos de investimentos prudentes, dentre eles a modernização dos sistemas de gestão empresarial, com vista a uma total integração de todo o fluxo dos mais diversos processos financeiros e contábeis.

Considerando ao alto endividamento da Companhia, durante o exercício de 2019 foram realizadas importantes negociações com vista a redução gradativa dos severos efeitos operacionais que são advindos da elevada despesa com juros e encargos, referente ao serviço da dívida oriunda dos 12 contratos de empréstimos e financiamentos que a companhia possui junto a Eletrobras e Eletronorte, dívidas estas que totalizavam em dez/2019 o montante de R\$ 1,1 bilhões, assumidos pelo consórcio no momento da privatização da Companhia em 2018.

Neste contexto, ressaltamos a importante conclusão da negociação da dívida junto a Eletronorte referente a suprimento de energia cujo montante em aberto era no valor de R\$ 540,5 mil, valores estes negociados com a celebração do contrato de parcelamento de dívida assinado em agosto de 2019, que dentre outros ganhos possibilitou a retirada da Companhia do cadastro de inadimplente junto a ANEEL, provendo desta forma o recebimento de vários recursos que estavam impedidos de liberação junto a CCEE e o fundo CCC pela condição de inadimplemento.

Uma boa Gestão Financeira é de fundamental importância para que se possa demonstrar com bases sólidas e confiáveis todo o direcionamento para a correta tomada de decisão, neste sentido, a companhia está em constante melhoria dos processos financeiros, que passam pela implantação de um ERP de gestão integrada bem como a elaboração do plano de negócios empresarial para os próximos 28 anos de concessão, neste sentido, juntamente com as várias áreas de negócio foram concluídas as Projeções financeiras para os períodos de 2020 a 2025. Todas essas medidas vislumbram uma melhor eficiência na aplicação dos recursos disponíveis e no direcionamento das estratégias e decisões operacionais.

### Inadimplência

Com relação as ações de combate à inadimplência foram iniciadas desde o mês de janeiro de 2019, com a intensificação de novas estratégias de arrecadação que possibilitaram a redução deste indicador nas classes privadas.

Após tentativa de negociação frustrada com o maior devedor, Poder Público Estadual - PPE, foi elaborado um novo plano de ação específico de combate à inadimplência do referido Poder Público.

Mesmo neste período de Pandemia foi dado prosseguimento nas ações judiciais cabíveis, sensibilizando o Poder Judiciário da postura de devedor contumaz do

Governo de Roraima. Trabalha-se com a meta de concluirmos a negociação com o PPE, inclusive com a previsão de adimplência corrente via encontro de contas, até o primeiro semestre de 2021;

### **Estrutura de Capital**

O serviço da dívida totalizou R\$ 812,06 mil em 2019, obtendo um aumento de 45,55% em relação a 2018, que foi de R\$ 254,13 mil. As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são provenientes de valores devidos junto à Eletrobras e à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O endividamento bruto, que corresponde a soma das dívidas financeiras, tributos, taxas, dívidas com coligadas/controladas e outras obrigações regulamentares, atingiu em 2019 um montante de R\$ 1,84 bilhões, o que representa um aumento de 26,01% em comparação ao registrado de R\$ 1,46 bilhões em 2018.

Esta variação resulta da concretização e pagamento de negociações de débitos oriundos da Gestão anterior, sendo este endividamento uma das principais razões da desestatização, fato que evidencia que a atual Gestão cumpriu, e continuará cumprindo, as obrigações assumidas quando da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outras palavras a Roraima Energia orgulha-se de gerar uma redução de despesa ao contribuinte brasileiro na ordem de R\$1,5 BI, ao passo que desenvolve um Plano de Recuperação da Empresa de maneira a garantir o equilíbrio econômico financeiro da concessão, concomitante ao atendimento dos pressupostos da regulação por incentivos e da modicidade tarifária.

**19. Balanço Social**

Balanco Social 2019 - Informações de Natureza Social e Ambiental						
(Valores expressos em milhares de reais)						
1 - Geração e distribuição de riqueza						
		Em 2019			Em 2018	
Distribuição do Valor Adicionado apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		% governo >	60,18%		% governo >	40,75%
		% acionistas >	0,00%		% acionistas >	0,00%
		% empregados >	20,86%		% empregados >	17,12%
		% financiadores >	17,89%		% financiadores >	40,81%
		% outros >	1,07%		% outros >	1,32%
I - RECURSOS HUMANOS						
1.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)		R\$	45.085		R\$	67.993
- Empregados		R\$	43.800		R\$	66.914
- Administradores		R\$	1.285		R\$	1.079
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados			10%			21%
- Administradores			10%			10%
1.2 - Benefício Concedidos						
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	R\$ 16.206	35,95%	2,20%	R\$ 17.246	25,36%	2,34%
Alimentação	R\$ 3.666	8,13%	0,50%	R\$ 6.097	8,97%	0,83%
Transporte	R\$ 535	1,19%	0,07%	R\$ 604	0,89%	0,08%
Previdência privada	R\$ 1.814	4,02%	0,25%	R\$ 2.638	3,88%	0,36%
Saúde	R\$ 5.410	12,00%	0,73%	R\$ 6.486	9,54%	0,88%
Segurança e medicina do trabalho	R\$ 253	0,56%	0,03%	R\$ -	0,00%	0,00%
Educação ou auxílio Creche	R\$ 627	1,39%	0,09%	R\$ 1.110	1,63%	0,15%
Cultura	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 418	0,93%	0,06%	R\$ 130	0,19%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 2.457	3,61%	0,33%
Outros (TFD)	R\$ 125	0,28%	0,02%	R\$ 261	0,38%	0,04%
<b>Total</b>	<b>R\$ 29.054</b>	<b>64,44%</b>	<b>3,94%</b>	<b>R\$ 37.029</b>	<b>54,46%</b>	<b>5,02%</b>
1.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício			315			345
Nº de admissões			115			-
Nº de demissões			147			11
Nº de estagiários no final do exercício			34			76
Nº de empregados portadores de necessidade especial			9			4
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício			404			446
<b>Nº de empregados por sexo:</b>						
- Masculino			240			269
- Feminino			75			76
<b>Nº de empregados por faixa etária:</b>						
- Menores de 18 anos			-			-
- De 18 a 35 anos			121			80
- De 36 a 60 anos			187			244
- Acima de 60 anos			7			21
<b>Nº de empregados por nível de escolaridade:</b>						
- Analfabetos			-			-
- Com ensino fundamental			24			43
- Com ensino médio			155			183
- Com ensino técnico			-			-
- Com ensino superior			123			100
- Pós-graduados			13			19
<b>Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:</b>						
- Masculino			60%			70%
- Feminino			40%			30%
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade						194
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes						133
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes						61
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial						R\$ 13.410.324
II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
2.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação		0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Cultura		0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura		0,00%	0,00%	R\$ 27	0,09%	0,00%
Esporte e lazer		0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Alimentação (Natal Solidário)	R\$ 100	-0,04%	0,02%	R\$ -	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda		0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Outros (materiais e equipamentos Natal Solidário)	R\$ 18	-0,01%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>R\$ 27</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)		0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
<b>Total - Relacionamento com a Comunidade</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>R\$ 27</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,00%</b>
2.2 - Interação com os Fornecedores						
Critérios de seleção dos fornecedores adotados para a seleção de seus Fomecedores						
<b>São exigidos controles sobre...</b>						
III - Interação com o Meio Ambiente						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a preservação e/ou recuperação de ambientes		0,00%	0,00%	R\$ 49	0,16%	0,01%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		0,00%	0,00%	11	0,04%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%	16	0,05%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total da Interação com o meio ambiente</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>R\$ 76</b>	<b>0,24%</b>	<b>0,01%</b>
IV - Outras informações						
Receita Operacional Líquida ( ROL )	R\$		508.114	R\$		737.467
Resultado Operacional antes do IR/CS ( LAIR )	-R\$		250.161	R\$		31.317

## 20. Agradecimentos

A Roraima Energia, agradece o esforço de todos os seus acionistas, conselheiros, dirigentes, gestores e colaboradores, na busca pelos melhores resultados e excelência na prestação dos serviços que proporcionem qualidade de vida às pessoas que vivem em Roraima.

### **ORSINE RUFINO DE OLIVEIRA**

Diretor-Presidente

### **MIQUEIAS DE OLIVEIRA ATEM**

Diretor Vice-Presidente

### **JOAQUIM ROBERTO R. MOREIRA**

Diretor Administrativo e  
Financeiro

### **RODRIGO MOREIRA**

Diretor Técnico e Comercial

### **MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA**

Diretora Jurídica

**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**  
**Composição em 31/12/2019**

**Conselho de Administração**

NAIDSON DE OLIVEIRA ATEM – Presidente

ORSINE RUFINO DE OLIVEIRA – Membro

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA - Membro

MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA - Membro

**Conselho Fiscal**

ANA CARLA ANTÔNIA COLARS BATISTA – Presidente

DIBO DE OLIVEIRA ATEM – Membro

NAZIRA DE OLIVEIRA ATEM – Membro

**Diretoria Executiva**

ORSINE RUFINO DE OLIVEIRA – Presidente

MIQUEIAS DE OLIVEIRA ATEM – Diretor Vice-Presidente

JOAQUIM ROBERTO RODRIGUES MOREIRA – Diretor Administrativo e Financeiro

RODRIGO MOREIRA – Diretor Técnico e Comercial

MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA – Diretora Jurídica

# **Demonstrações Financeiras**

***31 de Dezembro de 2018 a 31 de  
Dezembro de 2019***

# Roraima Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

KPMG Auditores Independentes  
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803  
Millennium Center - Business Tower  
69050-010 - Manaus/AM - Brasil  
Caixa postal 3751  
Telefone +55 (92) 2123-2350  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da**

**Roraima Energia S.A.**

*Boa Vista – Roraima*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Roraima Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Roraima Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras, que indica que, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu prejuízo de 256.593 mil e apresenta, em 31 de dezembro de 2019, excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R\$ 228.011 mil (R\$ 175.320 mil em 2018) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 560.505 mil (R\$ 277.119 mil em 2018). Conforme apresentado na Nota 2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 13 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-AM

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Marcelo Pereira Gonçalves'.

Marcelo Pereira Gonçalves  
Contador CRC 1SP220026/O-3

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO****Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Valores expressos em milhares de Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	55.397	189.435
Contas a receber de clientes	10	128.488	147.210
Direito de ressarcimento	11	82.045	48.730
Almoxarifado		2.879	2.195
Tributos a recuperar		13.707	23.963
Adiantamentos a partes relacionadas	21	2.575	-
Ativos setoriais	12	36.097	52.439
Outras contas a receber		9.529	8.695
		330.717	472.667
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	10	5.822	17.510
Tributos a recuperar		24.929	7.030
Outras contas a receber		3.553	4.276
Ativos setoriais	12	109.432	104.150
Cauções e depósitos judiciais	13	20.450	35.399
Ativos de contrato	14	104.410	74.928
Direitos de uso	15	235.106	-
Ativo financeiro - concessões	16	1.063	1.063
Imobilizado	17	12.814	14.664
Intangível	18	165.698	172.144
		683.277	431.164
<b>Total do ativo</b>		1.013.994	903.831

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO****Em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Valores expressos em milhares de Reais)**

<b>Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	19	290.208	552.793
Empréstimos e financiamentos	20	215.045	26.543
Tributos a recolher		29.802	39.128
Obrigações trabalhistas e sociais		4.932	10.057
Outras contas a pagar a partes relacionadas	21	12	12
Pesquisa e desenvolvimento		2.332	2.309
Passivo setoriais	12	5.870	-
Outras contas a pagar		10.527	17.145
		<u>558.728</u>	<u>647.987</u>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	19	561.526	146.886
Empréstimos e financiamentos	20	294.204	249.231
Tributos a recolher		35.539	35.338
Obrigações de ressarcimento	11	-	45.746
Outras contas a pagar a partes relacionadas		27.660	-
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	22	74.866	37.340
Benefícios pós-emprego		1.838	2.263
Pesquisa e desenvolvimento		20.138	16.159
		<u>1.015.771</u>	<u>532.963</u>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
Capital social	23	1.202.323	1.202.323
Ajustes de avaliação patrimonial		(29.900)	(3.107)
Prejuízos acumulados		(1.732.928)	(1.476.335)
		<u>(560.505)</u>	<u>(277.119)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<u>1.013.994</u>	<u>903.831</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional líquida	24	501.680	721.357
Custos operacionais	25	(566.824)	(448.455)
<b>Resultado bruto</b>		(65.144)	272.902
Despesas gerais e administrativas	25	(47.719)	(15.646)
Despesas com provisão para perdas esperadas de crédito		(86.893)	(45.609)
<b>Resultado líquido</b>		(199.756)	211.647
Receitas financeiras		52.328	54.948
Despesas financeiras		(109.165)	(230.283)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	26	(56.837)	(175.335)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		(256.593)	36.312
Despesas com IR e CS	27	-	(4.995)
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do período</b>		(256.593)	31.317
<b>Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$</b>		(0,80)	0,10

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE****Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do período</b>	(256.593)	31.317
Outros resultados abrangentes	867	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(255.726)</u>	<u>31.317</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<b>Capital social</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	684.204	(3.107)	(1.504.469)	(823.372)
Aumento de capital - assunção de dívida	342.120	-	-	342.120
Aumento de capital - subscrição de ações	175.999	-	-	175.999
Adoção inicial ao CPC 48	-	-	(3.183)	(3.183)
Lucro líquido do exercício	-	-	31.317	31.317
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	1.202.323	(3.107)	(1.476.335)	(277.119)
Transação entre acionistas		(27.660)		(27.660)
Outros resultados abrangentes - Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	-	867	-	867
Prejuízo do exercício	-	-	(256.593)	(256.593)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	1.202.323	(29.900)	(1.732.928)	(560.505)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO****Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Nota	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do período</b>		(256.593)	31.317
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação do imobilizado	17	1.149	1.427
Depreciação de direitos de uso	15	133.454	-
Amortização do intangível	18	9.036	9.309
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	20	30.871	33.161
Encargos financeiros sobre parcelamentos junto a partes relacionadas		-	12.669
Despesa com provisão para perdas de créditos esperadas	10	86.893	45.609
Despesas com imposto de renda e contribuição social		-	4.995
Receita de CVA – Outros componentes financeiros		-	(386.312)
Despesa com atualização dos processos judiciais	22	2.542	-
Despesa (Reversão) com provisão para riscos trabalhistas e cíveis	22	34.984	(23.912)
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> )		-	(47.117)
<b>(Aumento) Redução dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(56.483)	(89.882)
Direito de ressarcimento		(33.315)	240.520
Almoxarifado		(684)	1.389
Tributos a recuperar		(7.643)	(8.100)
Adiantamentos a partes relacionadas		(2.575)	-
Ativos setoriais		16.342	8.615
Cauções e depósitos vinculados		14.949	(2.033)
Outras contas a receber		(111)	2.607
<b>Aumento (Redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		152.055	72.382
Tributos a recolher		(9.125)	40.450
Obrigações trabalhistas e sociais		(5.125)	(3.764)
Obrigações com partes relacionadas		-	(72.524)
Pesquisa e desenvolvimento		4.002	5.542
Obrigações de ressarcimento		(45.746)	21.549
Passivos setoriais		5.870	-
Benefícios pós-emprego		442	-

Outras contas a pagar		(6.618)	8.905
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		68.571	(93.198)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(24.419)	(2.386)
<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		44.152	(95.584)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Ativo financeiro – concessões		-	(7.372)
Ativos de contrato	14	(25.849)	-
Aquisição de imobilizado	17	(2.932)	365
Aquisição de intangível não vinculado a concessão	18	(2.590)	(14.263)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		(31.371)	(21.270)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		-	175.999
Empréstimos e financiamentos obtidos	20	54	127.794
Empréstimos e financiamentos pagos	20	(146.873)	(2.862)
<b>Caixa líquido ( utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>		(146.819)	300.931
<b>(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		(134.038)	184.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		189.435	5.358
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		55.397	189.435
<b>Transações que não afetam caixa</b>			
Reconhecimento do ativo e passivo com arrendamentos	15/20	368.560	
		<b>368.560</b>	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

## **1 Contexto operacional**

A Roraima Energia S.A. (“Companhia”) é uma entidade de capital fechado, de direito privado, controlada pela Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda., com atuação em todo o estado de Roraima, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 4/2018-ANEEL (“Contrato de concessão”), celebrado em 11 de dezembro de 2018.

A sede da Companhia está localizada à Av. Ene Garcez, nº 691, Centro, cidade de Roraima, estado de Roraima. Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 345 colaboradores, para atender a 165.713 consumidores.

Estatutariamente suas funções principais são: regular exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica no âmbito da concessão, conforme o respectivo contrato de concessão vigente até 10 de dezembro de 2048, realizando para tanto, estudos, projetos, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, bem como prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

A Companhia desenvolve também atividades de pesquisa e aproveitamento de fontes alternativas de energia, visando a sua transformação e consequente exploração como energia elétrica.

Em 10 de dezembro de 2018 ocorreu a liquidação do leilão com a transferência do controle acionário para o comprador e a realização nos termos da Resolução CPPI nº 20/2017 e alterações posteriores, onde foi verificado o cumprimento das condicionantes do edital do leilão nº 2/2018-PPD/PND, sendo o Consórcio Oliveira Energia - Atem adquirente de 90% do capital social da Companhia, onde a Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. ficou com 54% das ações totais da Companhia e Atem’s Distribuidora de Petróleo S.A. com 36% das ações totais da Companhia.

Em dezembro de 2018, com assinatura do Contrato de Concessão a vencer em dezembro de 2048, a Companhia se comprometeu com a gestão dos seus custos e despesas, a solvência de endividamento, os investimentos em reposição, melhoria e expansão, para tanto foi efetuado naquele mês um aporte de capital de R\$ 518.119, sendo R\$ 342.120 na transferência do controle acionário e R\$ 175.999 pelo novo Controlador.

## 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto prazo, decorrentes de contas a pagar para fornecedores e empréstimos bancários conforme os prazos divulgados nas notas 19 e 20.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu prejuízo de R\$256.593, excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R\$ 228.011(R\$ 175.320 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 560.505(R\$ 277.119 em 31 de dezembro de 2018).

Depois de considerar as informações quantitativas e qualitativas conhecidas (ou razoavelmente conhecíveis) na data em que as demonstrações financeiras serão emitidas, a Administração concluiu que seu desempenho financeiro e liquidez disponível atenderão às suas principais necessidades de caixa nos próximos doze meses com destaque para as seguintes ações:

- (a) Redução em 25% a proporção da Parcela A da tarifa, que é neutra, e ter a possibilidade de aumentar de 30 a 50% a Parcela B da tarifa, aumentando a sua lucratividade e não produzindo impacto ao consumidor. Essas propostas estão consideradas na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, prevista para 2021, e na Revisão Tarifária Periódica - TRP, prevista para 2023, cujo foco nessas 2 revisões seria a redução do Ambiente de Contratação Regulada - ACR;
- (b) Recebimento de aproximadamente R\$ 14.000 mil referente ao direito sobre a imposição de estar no Sistema Interligado Nacional - SIN, a Companhia possui custos com a compra de energia, por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulatório - CCEAR, e não tem a possibilidade de vender a energia adquirida, este valor seria equilibrado via Conta de Variação de Valores de itens da parcela A - CVA, mas não é possível, devido a interligação ainda não ter ocorrido;
- (c) Busca de eficiência na Parcela B da tarifa, reduzindo de R\$ 163.950 mil para R\$ 89.000 mil com as seguintes ações:
  - 1. Redução de 20% dos gastos com pessoas com a criação do programa de demissão voluntária, implantação do novo acordo coletivo e implantação do plano de cargos e remuneração; e
  - 2. Melhoria na qualidade da operação com a disponibilização de mais equipes de prestadores de serviço para atividades de cortes e inspeções, visando a redução de perdas não técnicas.
- (d) Negociação das dívidas para financiamento de melhorias e capital de giro, buscando juros menores e maiores prazos de pagamentos;
- (e) Recebimento de aproximadamente R\$ 68.000 mil de reembolsos de assimetrias do contrato de concessão como a correção monetária de contratos, acordos e medições; e

(f) Medidas de suporte financeiro e econômico da Aneel e do Governo Federal como, por exemplo, i) preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia, ii) liberação dos recursos do Encargos de Serviço de Sistema (ESS) de cerca de 2,021 bilhões de reais para o segmento consumo, sendo 1,475 bilhão de reais para as distribuidoras e 546 milhões de reais para os consumidores livres e iii) ampliação para 100% o desconto dos consumidores de Tarifa Social com faturamento de até 220 KW/mês, destinando recursos à CDE para essa cobertura, bem como para possibilitar a tomada de recursos financeiros pela CDE para enfrentamento dos impactos no setor elétrico decorrentes da pandemia.

A Administração reconhece que há incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para pagar seus fornecedores e refinanceiar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

### **Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de julho de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos e o ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda foram aplicados. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em milhares de reais foram arredondados para o milhar mais próximo.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, está incluída na nota explicativa Nota 20 – arrendamento: determinação sobre se um contrato é arrendamento ou contém arrendamento.

### **Incerteza sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas e premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste no exercício seguinte estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota 18 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Notas 7(n) e 24 - Receita não faturada: estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.

### **Mensuração do valor justo**

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as

premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico.

## **6 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06(R2) – Arrendamentos e ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **a. CPC 06(R2) - Arrendamentos**

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

#### **Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos.

#### **Como arrendatária**

A Companhia arrenda basicamente máquinas e equipamentos, que se tratam de geradores de energia elétrica. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

### **Arrendamento classificado como arrendamento operacional - CPC 06(R1)**

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos de máquinas e equipamentos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 7(i)). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento máquinas e equipamentos.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

#### **Como arrendador**

A Companhia não possui contratos onde ela seja locadora de seus ativos ou subarrendadora.

A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

### **Impacto nas demonstrações financeiras**

#### **Impacto na transição**

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença em lucros acumulados, quando há. O impacto na transição está resumido abaixo:

<b>Em milhares de reais</b>	<b>1º de janeiro de 2019</b>
Novos ativos de direito de uso	224.909
Passivo de arrendamento	224.909

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,93% a.a.

<b>Em milhares de reais</b>	<b>1º de janeiro de 2019</b>
Contrato de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018	247.616
Descontado utilizando a taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019	224.909
Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019	224.909

**b. ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda**

Esta interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A Companhia avaliou e não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

**7 Principais práticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

***Reconhecimento e mensuração inicial***

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

***Classificação e mensuração subsequente***

*Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - valor justo por meio de outros resultados abrangentes -

instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, se houver. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o

negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros VJR	a	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros custo amortizado	a	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### *Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado

são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018.

## **b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

### **Ativos financeiros**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

#### Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento e estoques) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### c. **Almoxarifado**

São avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado de realização.

#### d. **Cauções e depósitos judiciais**

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

#### e. **Ativos de contrato**

Deve-se ao direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela pronunciamiento contábil CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) – Contratos de concessão, devem ser classificados como Ativos de contrato (infraestrutura de construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro pela reversão infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão.

Os ativos de contrato são reconhecidos a valor justo da data da sua aquisição ou construção e estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

#### **f. Imobilizado**

##### *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

##### *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com base nas taxas fiscais, e leva em consideração o tempo de vida útil determinada pela legislação fiscal com os respectivos valores residuais.

A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

#### **g. Intangível**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas, incluem também gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### **h. Ativos e passivos setoriais**

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a concessionária autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela Aneel): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita das distribuidoras é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### **Empréstimo RGR**

Existente no período de designação da Companhia como prestador de serviço temporário, esses recursos complementaram as suas fontes de recursos com remuneração via empréstimo RGR, veja mais detalhes nas Notas 12 e 20.

Considerando a premissa de neutralidade da prestação de serviço enquanto designada e o art. 9º da Lei nº 12.783/16, o qual dispõe que as obrigações contraídas na prestação temporária de serviços serão assumidas pelo novo concessionário nos termos do edital de licitação e, portanto, tal período de prestação de serviço foi ser nulo ao designado.

Adicionalmente, por meio do ofício nº 242/18, a Aneel estabeleceu que em todos os cenários, o passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante todo o período de designação, seria transferido para a nova concessão, no qual o novo concessionário fará jus ao recebimento tarifário nos termos da Lei e da forma definida pelo edital de licitação.

## **i. Arrendamentos**

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

*Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019*

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

### **Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2), exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

#### *Políticas contábeis aplicáveis após de 1º de janeiro de 2019*

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos;
- e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo.

Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

### **Como arrendatário**

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

### **Como arrendador**

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

**j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas no resultado compreendem os tributos correntes.

**k. Benefício pós-emprego**

A Companhia patrocina vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os colaboradores, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os colaboradores, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no balanço, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a colaboradores, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

## I. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## m. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## n. Receita operacional líquida

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

<b>Tipo de produto</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	Os consumidores obtêm a energia no momento em que são fornecidas. As faturas são emitidas mensalmente e devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida quando a energia é fornecida aos consumidores.
<b>TUSD</b>	A tarifa de uso do serviço de distribuição - TUSD é cobrada dos consumidores juntamente ao fornecimento de energia, onde parte é tarifa de energia e outra parte é TUSD. As faturas são emitidas mensalmente e devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida quando a energia é fornecida aos consumidores.
<b>Venda de energia</b>	Venda de energia adquirida em leilões de energia junto a CCEE, por delegação da Aneel. Não há expectativa de	A receita é reconhecida quando a energia é fornecida no mercado de curto prazo do sistema interligado.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita	
	<p>devoluções e devem ser pagas em 3 parcelas vencendo em 25, 35 e 45 dias, conforme cronograma regulatório.</p> <p>A CCEE realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo - MCP.</p>		
<b>Receita de construção</b>	<p>Vinculada à parte do segmento de distribuição de energia elétrica, cuja obrigação de desempenho é atendido na medida que for entregue o ativo ou serviço contratado.</p>	<p>A receita é reconhecida na medida que a contratada transferir o ativo a Companhia.</p>	
<b>CVA</b>	<p>A Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA destinada a registrar as variações, ocorridas no período entre reajustes tarifários, dos valores dos seguintes itens de custo,</p> <p>Na definição anual dos valores do custo de energia e encargos do sistema nos reajustes/revisões anuais de tarifa pelo ACR - Ambiente de Contratação Regulatório médio.</p>	<p>O ajuste (positivo ou negativo) na receita é reconhecida no pagamento ao fornecedor do valor efetivo, comparando o valor do custo na tarifa homologada pela Aneel e a tarifa praticada efetivamente, essa diferença é registrada em Receita.</p>	
<b>Receita faturada</b>	<b>não</b>	<p>O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante faturado / dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo da rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).</p>	<p>A receita é reconhecida quando a energia é fornecida aos consumidores.</p>
<b>Outras receitas</b>	<p>Refere-se substancialmente as taxas, subvenções e baixa renda, além de rendas de serviços prestados a consumidores. As faturas são emitidas mensalmente e devem ser pagas no prazo de 30 dias.</p>	<p>A receita é reconhecida quando a taxa é cobrada do cliente junto com as faturas mensais.</p> <p>Os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.</p>	

#### o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos e parcelamentos.

Receitas e despesas financeiras com juros são calculadas com base no método da taxa efetiva de juros.

#### p. Assuntos regulatórios

### **Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios**

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

### **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE**

A CDE é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural; irrigante; serviço público de água, esgoto e saneamento; geração e consumo de energia de fonte incentivadas, etc.); modicidade da tarifa em sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC); competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional; entre outros.

Além disso, a partir de 2015 foram acrescidos na quota CDE, a "CDE Energia" instituída por meio do Decreto 7.891/2013, cujo objetivo era (i) neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; (ii) cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico; (iii) neutralizar a exposição contratual involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. Ademais, também foi acrescida a CONTA-ACR devido a amortização da Conta no Ambiente de Contratação Regulada, associada ao empréstimo adquirido pelo setor elétrico para auxiliar as distribuidoras que enfrentaram dificuldades durante a crise hídrica de 2014.

Em março de 2019 finalizou o recolhimento da CDE Energia instituída por meio do Decreto 7.891/2013 e em setembro de 2019 foi quitado o empréstimo adquirido em 2014, denominado CONTA-ACR. Sendo este último com vencimento previsto inicialmente para abril de 2020, contudo foi antecipado para setembro/2019 após negociação realizada pela Aneel, Ministério de Minas e Energia e CCEE.

## 8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- Contratos de seguros (IFRS 17).

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	11.646	7.772
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	43.751	181.663
	<b>55.397</b>	<b>189.435</b>

(a) Deve-se a aplicações financeiras de alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra mercado. Tais recursos encontram-se disponíveis em face de obrigações correntes da Companhia. As aplicações financeiras estão concentradas na modalidade de CDB pós, com rentabilidade média em torno de 4,02 a 5,85% a.a. (6,02 a 7,32% a.a. em 2018).

**10 Contas a receber de clientes**

	<b>2019</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>		
Consumidores	147.173	140.553
Suprimento	163.319	164.421
Parcelamentos	39.882	19.164
Provisão para perdas esperadas de crédito	(221.887)	(176.928)
	<b>128.488</b>	<b>147.210</b>
<b>Não circulante</b>		
Parcelamentos	34.363	34.913
Provisão para perdas esperadas de crédito	(28.541)	(17.403)
	<b>5.822</b>	<b>17.510</b>
	<b>134.310</b>	<b>164.720</b>

					2019	2018	
	A vencer	Vencidos		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias				
<b>Circulante</b>							
<b>Consumidores</b>							
Residencial	35.717	16.009	5.821	57.547	(6.004)	74.221	(10.578)
Industrial	1.522	929	761	3.212	(702)	3.485	(430)
Comércio	16.679	4.624	1.408	22.711	(1.262)	24.076	(1.570)
Rural	3.185	1.271	1.028	5.484	(576)	5.921	(1.171)
Poder público	7.413	6.801	19.722	33.936	(25.720)	20.054	(14.529)
Iluminação pública	1.696	568	811	3.075	(487)	2.445	(515)
Serviço público	2.370	2.910	15.928	21.208	(19.203)	10.351	(10.225)
<b>Suprimento</b>							
CCEE	28.911	-	-	28.911		30.013	-
CERR	-	-	134.408	134.408	(134.408)	134.408	(134.408)
<b>Parcelamentos</b>							
Residencial	16.485	2.734	1.093	20.312	(16.934)	9.602	(514)
Industrial	938	215	264	1.417	(1.134)	617	(83)
Comércio	3.138	629	966	4.733	(3.153)	3.008	(93)
Rural	1.404	212	296	1.912	(1.701)	947	(114)
Poder público	2.348	458	2.053	4.859	(4.119)	2.556	(597)
Iluminação pública	197	4	2	203	(202)	255	(78)

Serviço público	3.957	1.067	1.423	6.447	(6.282)	2.179	(2.023)
	<b>125.960</b>	<b>38.431</b>	<b>185.984</b>	<b>350.375</b>	<b>(221.887)</b>	<b>324.138</b>	<b>(176.928)</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Parcelamentos</b>							
Residencial	4.796	-	-	4.796	(3.892)	1.965	(140)
Industrial	525	-	-	525	(456)	516	(34)
Comércio	397	-	-	397	(361)	642	(25)
Rural	1.086	-	-	1.086	(764)	174	(27)
Poder público	10.137	-	-	10.137	(5.647)	11.612	(322)
Iluminação pública	320	-	-	320	(320)	82	(34)
Serviço público	17.102	-	-	17.102	(17.102)	19.922	(16.821)
	<b>34.363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.363</b>	<b>(28.541)</b>	<b>34.913</b>	<b>(17.403)</b>
	<b>160.323</b>	<b>38.431</b>	<b>185.984</b>	<b>384.738</b>	<b>(250.428)</b>	<b>359.051</b>	<b>(194.331)</b>

O saldo da rubrica deve-se ao montante a receber do fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes como instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos.

### Provisão para perdas esperadas de crédito

A Companhia adota o modelo de provisão para perdas esperadas de crédito que é mensurada a partir da classificação por vencimento do contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão, por classe de consumo, dada a característica de cada classe. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com a classificação por vencimento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos segregados por classe de consumo no período histórico analisado sobre a arrecadação dos últimos 2 anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2019.

	2019			2018		
	Saldo contábil	Provisão	%	Saldo contábil	Provisão	%
Consumidores (a)	147.173	(53.954)	37%	140.553	(39.018)	28%
Suprimento (b)	163.319	(134.408)	82%	164.421	(134.408)	82%
Parcelamentos (c)	74.246	(62.066)	84%	54.077	(20.905)	39%

- (a) Em 2019, a inadimplência de consumidores foi maior nas classes Poder público e Serviço Público, mas já eram relevantes em 2018, isto se deve aos títulos em atraso das entidades do Governo do Estado de Roraima e a CAER – Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Roraima.
- (b) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo líquido R\$ 28.911 (R\$ 30.013 em 2018) se deve ao montante a receber junto a CCEE, pela venda de energia - MCP, o restante R\$ 134.408 é referente a faturar vencidas de vendas para a Companhia Energética de Roraima – CERR que estão 100% provisionadas, o fornecimento de energia para a CERR foi interrompido em dezembro de 2017.
- (c) O aumento deve-se ao fato que no ano de 2019 foram realizadas campanhas de parcelamento pela Companhia e, conforme critério adotado pela Companhia, a reversão da provisão ocorre somente após adimplência da 5ª parcela.

## Consumidores

O demonstrativo da perda esperada de consumidores (faturados e não faturados) por classe de consumidores e classificação por vencimento encontra-se apresentado a seguir:

### Abertura da provisão por classe

	2019			2018		
	Saldo contábil	Provisão	%	Saldo contábil	Provisão	%
Residencial	57.547	(6.004)	10%	74.221	(10.578)	14%
Industrial	3.212	(702)	22%	3.485	(430)	12%
Comercial	22.711	(1.262)	6%	24.076	(1.570)	7%
Rural	5.484	(576)	11%	5.921	(1.171)	20%
Poder público	33.936	(25.720)	76%	20.054	(14.529)	72%
Iluminação pública	3.075	(487)	16%	2.445	(515)	21%
Serviço público	21.208	(19.203)	91%	10.351	(10.225)	99%
	147.173	(53.954)	37%	140.553	(39.018)	28%

### Abertura por classificação de vencimento

	Saldo contábil	Saldo líquido	% Taxa média ponderada da perda
A vencer	68.582	64.667	5,71%
Vencido 1 a 90	33.112	22.203	32,95%
Vencido de mais de 90 dias	45.479	6.349	86,04%
	147.173	93.219	

## Parcelamentos

### Abertura da provisão por classe

O demonstrativo da perda esperada de parcelamentos por classe de consumidores encontra-se apresentado abaixo:

	2019			2018		
	Saldo contábil	Provisão	%	Saldo contábil	Provisão	%
Residencial	25.108	(20.826)	83%	11.567	(654)	6%
Industrial	1.942	(1.590)	82%	1.133	(117)	10%
Comercial	5.130	(3.514)	68%	3.650	(118)	3%
Rural	2.998	(2.465)	82%	1.121	(141)	13%
Poder público	14.996	(9.766)	65%	14.168	(919)	6%
Iluminação pública	523	(523)	100%	337	(112)	33%
Serviço público	23.549	(23.384)	99%	22.101	(18.844)	85%
	74.246	(62.067)	84%	54.077	(20.905)	39%

### Movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas de crédito

	2019	2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	(194.331)	(162.578)
Constituição	(153.495)	(86.810)
Reversão	66.602	41.201
Baixa por perda	30.796	13.856
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(250.428)</b>	<b>(194.331)</b>

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei Nº 9.430/1997 e Lei Nº13.097/2015. As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Há contas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 22.718.

## 11 Direitos de ressarcimento

Refere-se aos valores fixados e homologados anualmente pela ANEEL da Conta de Consumo de Combustível - CCC, com base no mercado aprovado pela Companhia de Planejamento Energético - EPE e os custos são rateados para todas as distribuidoras de energia elétrica. A gestão da CCC ficava a cargo da Eletrobrás e, a partir de maio de 2018, foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Segue abaixo o detalhamento dos créditos a receber junto à CCC:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Estoque de combustível	26.423	27.580
Valores a reembolsar (a)	35.125	18.941
CDE (b)	20.497	2.209
	<u>82.045</u>	<u>48.730</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Não circulante</b>		
Obrigação com tancagem de PIE (c)	-	<u>45.746</u>

- (a) O aumento deve-se as compras de combustível devido o desligamento do fornecimento de energia da Venezuela a partir de março de 2019.
- (b) O aumento deve-se a inadimplência da Companhia junto a Aneel de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, referente a energia adquirida dos produtores de energia que estão interligados no SIN, em 2019 a Companhia não possuía o certificado de adimplência junto a Aneel por conta de dívidas com esses produtos de energia, situação normalizada apenas em março de 2020.
- (c) Refere-se ao combustível para tancagem inicial dos Produtores Independentes de Energia - PIE contratados em 2015, conforme Despacho ANEEL nº 2.793/2015, que determinou, ainda, que a Companhia promovesse o desconto do montante referente ao combustível para a tancagem inicial no último mês de operação das Usinas Termelétricas, e ao atendimento à Portaria MME nº 483/2017 de 14 de dezembro de 2017, que autorizou a Companhia a ampliar o volume de combustível em estoque para oito dias de operação

dessas Usinas Termelétricas. Esses saldos foram baixados devido a transferência do controle acionário onde esse passivo de tancagem foi assumido pela Eletrobras.

## 12 Ativos setoriais

Deve-se a compensação dos efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes/revisões da Parcela A, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda (MF). Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Esses ativos setoriais são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>		
CDE	3.273	1.697
Custo de aquisição de energia elétrica (a)	32.824	50.742
	36.097	52.439
<b>Não circulante</b>		
Outros componentes financeiros (b)	109.432	104.150
	<b>145.529</b>	<b>156.589</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Componentes financeiros – demanda	5.870	-
	<b>5.870</b>	-

(a) Deve-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL, quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2018, quanto aos montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário, ocorrido em novembro de 2019. A redução deve-se substancialmente a amortização no período.

(b) O saldo deve-se a contrapartida ao passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante o período da designação, que foi transferido para a nova concessão, no qual fará jus ao recebimento tarifário, mensalmente via tarifa a partir de 2023 até o final do contrato de concessão, nos termos da Lei e da forma definida no Contrato de Concessão, cujo efeito neutraliza o efeito dos juros sobre o passivo de empréstimos RGR, vide Nota 20.

### 13 Cauções e depósitos judiciais

	2019	2018
Trabalhistas (a)	1.028	11.567
Cíveis (b)	18	656
Multas ANEEL (c)	12.286	16.148
Fiscais (d)	7.118	7.028
	20.450	35.399

- (a) Depósitos provenientes de recursos realizados na instância superior da justiça do trabalho, bem como valores depositados ou bloqueados relativos aos processos em fase de execução, a redução deve-se a liquidação dos depósitos vinculados aos causas trabalhistas denominadas Remuneração Global – RG e horas extras de motoristas/eletricistas.
- (b) Valores bloqueados ou depositados judicialmente, referentes aos processos em fase de execução na justiça cível.
- (c) Ações anulatórias com pedido de liminar visando o cancelamento dos efeitos das penalidades aplicadas em Autos de Infração emanados da SFE/ANEEL, atualizadas pela INPC e IGP-DI. Essas infrações são oriundas de Processos Administrativos pelo não cumprimento de índices regulatórios ou transgressões de ordem técnica ou comercial. Para tais casos, cabe recurso por parte da administração, e, baseado na avaliação da assessoria jurídica, e considerando que estão tramitando em primeiro grau de jurisdição, foram consideradas como possíveis.
- (d) Valor depositado judicialmente para garantia do juízo de direito de compensação de crédito do ICMS diferido de março e abril de 2012, objetivando suspender a exigibilidade do tributo e também a obtenção da Certidão Positiva com Parecer de Negativa de Débitos emitida pelo Estado.

### 14 Ativos de contrato

Trata-se do direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela norma contábil CPC 47, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ICPC 1(R1) - Contratos de Concessões, devem ser classificados como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.

Os ativos de contrato são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

	<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Reclassi- ficação</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Distribuição</b>					
Custo	89.085	25.849	-	3.633	118.567
Obrigações especiais	(14.157)	-	-	-	(14.157)
	<b>74.928</b>	<b>25.849</b>	<b>-</b>	<b>3.633</b>	<b>104.410</b>
	<b>Saldo em 01/01/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfe- rências</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
<b>Distribuição</b>					
Custo	4.231	11.528	-	73.326	89.085
Obrigações especiais	(30)	-	-	(14.126)	(14.157)
Provisão para <i>impairment</i>	(4.201)	-	4.201	-	-
	<b>-</b>	<b>11.528</b>	<b>4.201</b>	<b>59.200</b>	<b>74.928</b>

Conforme mencionado na Nota 18, com base nas premissas adotadas não foi identificada a necessidade de provisão para *impairment* do Contrato de Concessão nº 04/2018 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 15 Direitos de uso

A Companhia reconheceu como direito de uso todos os contratos de arrendamento que atenderam o conceito da norma CPC 06 (R2). Esses ativos estão sendo depreciados pelo prazo do contrato. Abaixo está apresentada a movimentação do saldo no período.

	<b>Adoção ao CPC 06(R2) 01/01/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Arrendamentos	224.909*	143.651*	(133.454)	235.106
<b>Não circulante</b>	<b>224.909*</b>	<b>143.651*</b>	<b>(133.454)</b>	<b>235.106</b>

\*sem efeito caixa.

**16 Ativo financeiro – concessões**

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Abaixo está apresentada a movimentação do ativo financeiro - concessão em curso e em serviço:

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Reclassifi- cação	Obrigaçõe s especiais	Saldo em 31/12/2019
<b>Distribuição</b>					
Em serviço	1.063	-	-	-	1.063
<hr/>					
	Saldo em 01/01/2018	Adições	Reclassifi- cação	Obrigaçõe s especiais	Saldo em 31/12/2018
<b>Distribuição</b>					
Em serviço	159.962	-	(155.951)	(2.948)	1.063
Em curso	57.884	8.583	(65.259)	(1.208)	-
<hr/>					
	<b>217.846</b>	<b>8.583</b>	<b>(221.210)</b>	<b>(4.156)</b>	<b>1.063</b>
<hr/>					

## 17 Imobilizado

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reclassi- ficação	Saldo em 31/12/2019
<b>Administração</b>					
Em serviço	30.772	-	-	-	30.772
Depreciação acumulada	(19.729)	(1.149)	-	-	(20.878)
Em curso	3.621	2.932	-	(3.633)	2.820
<hr/>					
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>14.664</b>	<b>1.783</b>	<b>-</b>	<b>(3.633)</b>	<b>12.814</b>
<hr/>					
	Saldo em 01/01/2018	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2018
<b>Administração</b>					
Em serviço	27.139	-	-	3.633	30.772
Depreciação acumulada	(18.038)	(1.427)	-	(264)	(19.729)
Em curso	7.641	(387)	-	(3.633)	3.621
<hr/>					
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>16.742</b>	<b>(1.814)</b>	<b>-</b>	<b>(264)</b>	<b>14.664</b>
<hr/>					

A Companhia calcula e contabiliza a depreciação com base na vida útil dos bens, as principais taxas são as seguintes:

<b>Administração</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Equipamento geral	10,40%	9,60%
Edificação	3,48%	3,38%
Veículos	14,87%	15,10%

A diferença na taxa média é em virtude de alguns ativos terem sua depreciação finalizada no exercício, e também pelo ingresso de novos ativos, fatos estes que alteram o valor da taxa média de depreciação anualmente.

Há itens de imobilizado dados em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 34.543.

## 18 Intangível

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
<b>Vinculados à concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	265.117	-	-	-	265.117
Amortização acumulada	(88.508)	(8.020)	-	-	(96.528)
Obrigações especiais	(17.030)	(18)	-	-	(17.048)
Amortização (obrigações especiais)	5.801	675	-	-	6.476
	<b>165.380</b>	<b>(7.363)</b>	-	-	<b>158.017</b>
<b>Não vinculados à concessão</b>					
<b>Administração</b>					
Em serviço	17.490	-	-	-	17.490
Amortização acumulada	(16.447)	(1.016)	-	-	(17.463)
Em curso	5.721	1.933	-	-	7.654
	<b>6.764</b>	<b>917</b>	-	-	<b>7.681</b>
	<b>172.144</b>	<b>(6.446)</b>	-	-	<b>165.698</b>
	<b>Saldo em 01/01/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
<b>Vinculados à concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Custo	85.091	-	-	180.026	265.117
Amortização acumulada	(80.439)	(8.069)	-	-	(88.508)
Provisão para <i>impairment</i>	(7.764)	-	7.764	-	-
Obrigações especiais	(1.960)	-	-	(15.070)	(17.030)
Amortização (obrigações especiais)	5.072	729	-	-	5.801
	-	<b>(7.340)</b>	<b>7.764</b>	<b>164.956</b>	<b>165.380</b>
<b>Não vinculados à concessão</b>					
<b>Administração</b>					
Em serviço	17.490	-	-	-	17.490
Amortização acumulada	(15.207)	(1.240)	-	-	(16.447)
Em curso	3.429	2.006	-	286	5.721

5.712	766	-	286	6.764
5.712	(6.574)	7.764	165.242	172.144

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A amortização do ativo intangível ocorre de forma linear, respeitando a vida útil definida.

### **Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e foram corrigidas monetariamente até 30 de setembro de 1995.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com o critério a ser definido pelo poder concedente.

### **Análise do valor recuperável dos ativos não financeiros**

Para o exercício de 2019, com base nas premissas adotadas e nos cálculos apurou-se um excesso do valor em uso comparado ao valor contábil do ativo intangível de R\$ 34.866, não havendo necessidade de provisão para *impairment* do Contrato de Concessão nº 04/2018.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com o pronunciamento técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade realizadas e projetadas foram:

- Fluxo de caixa real (sem inflação);
- Data-base do teste 31/12/2019;
- Dados de 31/12/2019;
- Período da análise: de 1º de janeiro de 2020 até 10 de dezembro de 2048;
- Taxa de desconto: WACC 7,32% em termos reais, conforme definido pela Aneel para as empresas distribuidoras;
- Considerado o capital de giro e sua variação no fluxo de caixa;
- Investimentos previstos no "Plano de Negócios 2020-2025";
- Premissa de mercado: mercado previsto no "Plano de Negócios 2020-2025", com crescimento orgânico da energia injetada de 2,07% ao ano de acordo com crescimento do PIB, a partir de 2025;
- Tarifa: utilizada a última tarifa homologada pela Aneel e novas projeções para as revisões tarifárias extraordinária (em 2020) e ordinária (em 2023) e os reajustes periódicos (em 2021, 2022 e 2024);
- Impostos e deduções da receita: utilizadas as mesmas alíquotas efetivas ocorridas em 2019;
- Encargos setoriais: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2019;
- Encargos de Uso do Sistema: utilizada as informações do reajuste homologado em 2019;
- Perdas: utilizado o cenário considerado no "Plano de Negócios 2020-2025" (plano de combate às perdas), o qual prevê uma queda substancial nas perdas atingindo os níveis regulatórios em 2022;
- Compra de energia:
  - ✓ Preço: utilizada a tarifa média de compra de energia dos contratos;
  - ✓ Quantidade: utilizar a energia efetivamente contratada e comparar com a energia necessária (mercado +perdas), se tiver sobrecontratado vender o excedente nos mecanismos de venda MCSD, MVE e MCP; se tiver subcontratado comprar no MCP.
- PLD: previsão de 1 ano para cada submercado informado pela CCEE;
- PMSO: utilizado os valores previstos no "Plano de Negócios 2020-2025";
- Provisões: dados realizados até 31/12/2019 e novas projeções com base no "Plano de Negócios 2020-2025".

## 19 Fornecedores

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Eletronorte (a)	-	178.370
Partes relacionadas (Nota 21)	206.609	105.611
Cooperlec	14.581	13.142
Norte Energia	19.341	-
Soenergy Sistemas	6.218	5.098
Aggreko	4.850	-
Empresa de Energia Cachoeira	6.553	-
Empresa de Energia São Manuel	2.646	-
Norteletro	1.595	-
Outros fornecedores	27.815	11.395
Soenergy	-	5.098
Parcelamentos Eletronorte (a)	-	239.177
	<b>290.208</b>	<b>552.793</b>
<b>Não circulante</b>		
Parcelamentos Eletronorte (a)	561.526	146.886
	<b>561.526</b>	<b>146.886</b>
	<b>851.734</b>	<b>699.679</b>

- (a) A Companhia assinou em 28 de agosto de 2019 o Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívidas nº 001/2019 com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte para pagamento da dívida de R\$ 540.783 em 108 (cento e oito) parcelas com a primeira parcela vincendo em 30 de março de 2021 e a última parcela em 28 de fevereiro de 2030, com período de carência de 24 (vinte e quatro) meses. A taxa de juros pactuadas de 124,75% (cento e vinte e quatro virgula setenta e cinco por cento) da taxa média dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI), calculados mensalmente, “pro-rata-die” sobre o saldo devedor corrigido. Os encargos sobre o saldo devedor deverão ser pagos mensalmente a partir do mês seguinte a assinatura do contrato durante o período de carência.

## 20 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Partes relacionadas (Nota 21)	20.488	26.543
Arrendamentos	194.557	-
	<b>215.045</b>	<b>26.543</b>
<b>Não circulante</b>		
Partes relacionadas (Nota 21)	138.219	145.081
CCEE (a)	109.432	104.150
Arrendamentos	46.553	-
	<b>294.204</b>	<b>249.231</b>
	<b>509.249</b>	<b>275.774</b>

- (a) Empréstimos em moeda nacional, contratados, a partir de maio de 2018, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e são decorrentes de recursos setoriais provenientes do Fundo de Reserva Global de Reversão - RGR, repactuados a juros de 5% após assinatura do contrato de compra e venda. O início do pagamento dos empréstimos se dará um mês após a aprovação da Revisão Tarifária Periódica de novembro de 2023.

### Composição

Instituição/Linha credora	Encargos	Tipo de garantia	Vencimento final	31/12/2019	31/12/2018
Eletrobras RES 0676/03	10% a.a.	Recebível	30/11/2020	2.544	5.059
Eletrobras ECF 1554/97	10% a.a.	Recebível	30/11/2020	2.261	4.502
Eletrobras RES 0898/03	10% a.a.	Recebível	30/12/2020	1.010	1.845
Eletrobras ECF 2919/11	8% a.a.	Recebível	30/12/2018	-	20
Eletrobras ECF 2995/12	8% a.a.	Recebível	30/10/2019	-	335
Eletrobras ECF 2902/10	Selic + 0,5% a.a.	Recebível	30/05/2026	16.903	18.934
Eletrobras ECF 3015/12	Selic + 0,5% a.a.	Recebível	30/10/2019	-	157
Eletrobras ECF 0892/13	Selic + 0,5% a.a.	Não há	30/09/2019	-	980
Eletrobras ECF 0750/14	119% CDI a.a.	Imobilizado	30/12/2024	34.543	41.410

Eletrabras ECF 3133/14	Selic + 0,5% a.a.	Recebível	30/05/2019	-	2.629
Eletrabras ECF 3302/16	111% Selic a.a.	Não há	30/07/2021	101.446	95.753
CCEE - RGR ED 003/18	5% a.a.	Não há	10/12/2048	109.432	104.150
Arrendamentos	8,93% a.a.	Não há	31/01/2021	241.110	-
<b>Total</b>				<b>509.249</b>	<b>275.774</b>

### Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Saldo em 01/01/2019	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Partes relacionadas	171.624	54	11.336	(4.884)	(19.423)	158.707
CCEE	104.150	-	5.282**	-	-	109.432
Arrendamentos	224.909*	143.651*	19.535	(19.535)	(127.450)	241.110
	<b>500.683</b>	<b>143.705</b>	<b>36.153</b>	<b>(24.419)</b>	<b>(146.873)</b>	<b>509.249</b>

\*sem efeito caixa, adoção ao CPC 06 (R2).

\*\*o efeito no fluxo de caixa é nulo, pois os juros passivos compensam com os juros auferidos sobre o CVA – outros componentes financeiros, conforme Nota 12.

	Saldo em 01/01/18	Captações	Transfe- rências	Juros incorridos	Juros pagos	Paga- mentos	Saldo em 31/12/18
Partes relacionadas	279.901	-	(103.029)	-	(2.386)	(2.862)	171.624
CCEE	122.328	127.794	179.133	33.161	-	-	104.150
	<b>402.229</b>	<b>127.794</b>	<b>(282.162)</b>	<b>33.161</b>	<b>(2.386)</b>	<b>(2.862)</b>	<b>275.774</b>

As garantias são as receitas próprias da Companhia e não existem cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

- (b) A Companhia arrenda grupos geradores de energia. Esses arrendamentos normalmente duram 24 meses, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo.

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como direitos de uso (vide Nota 15).

Os valores reconhecido no resultado estão apresentados abaixo.

	<b>2019</b>
Gastos com arrendamentos (Nota 25)	(168.719)
Reversão dos gastos com arrendamentos (Nota 25)	146.986
Depreciação (Nota 25)	(133.454)
Juros sobre arrendamentos (Nota 26)	(19.535)

## 21 Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como principais partes relacionadas seus acionistas, seus administradores, seus familiares, bem como entidades ligadas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações que estão detalhados abaixo:

						<b>2019</b>
<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>				<b>Resultado</b>	
<b>Adianta- mentos</b>	<b>Forne- cedores (Nota 19)</b>	<b>Outras contas a pagar</b>	<b>Empréstimos e financiament os (Nota 20)</b>	<b>Compra de energia e combustível</b>	<b>Despesas de juros</b>	
<b>Circulante</b>						
Eletróbás	-	-	12	20.488	-	1.464
Oliveira Energia	-	27.533	-	-	161.391	-
Atem's	2.575	179.076	-	-	1.094.204	-
	<b>2.575</b>	<b>206.609</b>	<b>12</b>	<b>20.488</b>	<b>1.255.595</b>	<b>1.464</b>
<b>Não circulante</b>						

Eletronorte	-	-	27.660	138.219	-	9.872
Eletronorte	-	-	-	138.219	-	9.872
	<b>2.575</b>	<b>206.609</b>	<b>27.672</b>	<b>158.707</b>	<b>1.255.595</b>	<b>11.336</b>

2018

	Passivo			Resultado	
	Forne- cedores (Nota 19)	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Compra de energia e combustível	Despesas de juros
<b>Circulante</b>					
Eletronorte	417.547	-	-	218.890	100.388
Eletronorte	-	12	26.543	-	2.515
Oliveira Energia	23.434	-	-	164.912	9.783
Atem's	-	82.177	-	-	321.480
	<b>523.158</b>	<b>12</b>	<b>26.543</b>	<b>705.282</b>	<b>112.686</b>
<b>Não circulante</b>					
Eletronorte	146.886	-	-	-	27.125
Eletronorte	-	-	145.081	-	9.364
	<b>146.886</b>	<b>-</b>	<b>145.081</b>	<b>-</b>	<b>36.489</b>
	<b>670.044</b>	<b>12</b>	<b>171.069</b>	<b>705.282</b>	<b>149.175</b>

(a) Refere-se a provisão do montante a ser ressarcido a Vendedora (Eletronorte) relativo ao Ativo Imobilizado em Curso - AIC. Quando do repasse do Controle Acionário "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" previu que Comprador, na qualidade de Acionista Majoritário da Distribuidora, deveria fazer com que a Distribuidora promovesse a avaliação, na primeira revisão tarifária, dos Ativos da Distribuidora contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso – AIC na data-base do Laudo de Avaliação e que poderiam ser objeto de futuro reconhecimento tarifário "AICs ressarcíveis". O saldo correspondente a 50% da contribuição de cada um dos Ativos da base de remuneração líquida, conforme definidos nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações posteriores à data base

do Laudo de Avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses Ativos em Curso, conforme tabela abaixo:

Avaliador	Data do Laudo	Data Ativos	Base de Remuneração Regulatória Ressarcíveis (R\$)*	Base de Remuneração Regulatória Ressarcíveis a Eletrobras (R\$)*
Duff & Phelps	24/06/2020	28/02/2017	55.320	27.660

O passivo será amortizado, de acordo com “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, no prazo de até 60 (sessenta parcelas) mensais.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos totais com a administração incluindo os conselheiros de administração, fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Remuneração diretores e conselheiros	2.196	1.050
Encargos sociais e benefícios	868	317
	<b>3.064</b>	<b>1.367</b>

O aumento, apresentado acima, deve-se ao aumento do quadro de diretores, após a privatização. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

## 22 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Trabalhistas	9.771	11.561
Cíveis (a)	38.365	25.779
Fiscais	11.832	-
Regulatórias (b)	14.898	-
	<b>74.866</b>	<b>37.340</b>

Os passivos contingentes são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos tornou-se provável de realização, e, caso seja provável, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade. A Administração da Companhia, fundamentada na avaliação de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas nas demonstrações financeiras são suficientes para cobrir prováveis perdas em demandas judiciais de qualquer natureza.

### **Demandas provisionadas**

- (a) Deve-se do provisionamento de honorários de sucumbências sobre as dívidas quitadas pela Eletrobras, mas que estão sendo cobradas pela Petrobras, e ainda do processo da Aggreko.
- (b) Referente a ações indenizatórias por cobrança indevida de fatura de energia, por danos morais e/ou materiais, sendo que a principal variação se deve a auto de infração da Aneel.

Para uma melhor estimativa de desembolso das provisões contingenciais com provável risco de perda, a partir de fevereiro de 2011 (conforme publicado no DJE nº 4510 de 15 de março de 2011), foi utilizado o fator de correção e atualização monetária, tendo como base de cálculo do índice a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central. Esse fator é publicado mensalmente no Diário da Justiça Eletrônico, acrescido de juros simples de 1% a.m. sobre o valor determinado na sentença judicial (para as ações cíveis); e se utilizou a tabela única de atualização e conversão de débitos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho (para as ações trabalhistas), também acrescidos de juros simples de 1% a.m. sobre o valor determinado na sentença.

### Movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cíveis

	01/01/2019	Constituição	Atualização	Reversões	31/12/2019
Trabalhistas	11.561	6.225	3.000	(11.015)	9.771
Cíveis	25.779	13.666	(458)	(622)	38.365
Fiscais	-	11.832	-	-	11.832
Regulatórias	-	14.898	-	-	14.898
	<b>37.340</b>	<b>46.621</b>	<b>2.542</b>	<b>(11.637)</b>	<b>74.866</b>

	01/01/2018	Constituição	Atualização	Reversões	31/12/2018
Trabalhistas	33.590	2.841	1.922	(26.792)	11.561
Cíveis	27.662	18.773	6.387	(27.043)	25.779
	<b>61.252</b>	<b>21.614</b>	<b>8.309</b>	<b>(53.835)</b>	<b>37.340</b>

### Demandas não provisionadas

A maioria dessas demandas é oriunda dos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor de causa limita-se a quarenta vezes o salário mínimo (conforme Art. 3º, I, da Lei 9.099/95), sendo que os fatos geradores de maior frequência descrito na petição inicial das ações são referentes a cortes indevidos, repetição de indébitos e danos elétricos. Não foram provisionadas por representarem baixo risco de perda para a Companhia (possível ou remoto), conforme opinião dos consultores jurídicos e estão demonstradas a seguir:

Trabalhistas	29.762	38.945
Fiscais	50.671	-
Cíveis (a)	1.554.542	449.001
	<b>1.634.975</b>	<b>487.946</b>

Deve-se principalmente à ação civil pública impetrada pela Associação Nacional dos Consumidores - ANDECO contra todas as Concessionárias de Energia Elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia dos consumidores, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. A ANDECO pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas e técnicas. O valor global da ação, envolvendo diversas distribuidoras, é de R\$ 27.079.631, e o valor atribuído à Companhia é de R\$ 117.191. Em 31 de dezembro de 2019, houve decisão favorável que fez com que o advogado modificasse a opinião de perda possível (em 2018) para perda remota.

### Processos de polo ativo

Em janeiro de 2019 foi deferida liminar em favor da Companhia para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a partir da data do pleito a Companhia alterou o seu procedimento de apuração em 2019. Adicionalmente, a Companhia está pleiteando o crédito retroativo aos últimos 5 anos, cujo prognóstico de êxito é provável, o valor a ser restituído pela Receita Federal atualizado até dezembro de 2019 é R\$ 31.605.

## 23 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 1.202.323, representado por 563.628.256 ações ordinárias (320.742.889 ações ordinárias em 2018), nominativas. O capital social tem a seguinte composição:

Acionistas	R\$	Ações	Representatividade
			%
Eletrobras	120.232	56.362.826	10
Oliveira Energia	649.255	304.359.258	54
Atem's	432.836	202.906.172	36
	<b>1.202.323</b>	<b>563.628.256</b>	<b>100</b>

## 24 Receita operacional líquida

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica (a)	551.269	423.961
TUSD	99.227	93.212
Venda de energia - MCP (b)	74.999	44.897
Receita de construção (c)	30.760	20.112
Parcela "A" - CVA (d)	(17.419)	(13.226)
Receita CVA - Outros componentes financeiro (e)	-	349.376
Outras receitas (f)	23.110	20.964
	<u>761.946</u>	<u>939.296</u>
Deduções da receita operacional (g)	(260.266)	(217.939)
	<u><b>501.680</b></u>	<u><b>721.357</b></u>

### (a) Fornecimento de energia elétrica

	<b>Consumidores</b>		<b>MWH</b>		<b>Saldo</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Residencial	132.113	130.484	46.099	48.244	294.400	234.965
Industrial	450	445	2.661	2.558	13.892	11.613
Comércio, serviço e outras atividades	12.409	12.399	21.792	21.382	132.612	101.277
Rural	18.284	17.696	4.899	4.613	21.601	11.783
Poder público	1.996	2.016	10.791	10.366	59.657	44.326
Iluminação pública	194	166	4.580	4.144	16.458	11.338
Serviço público	267	236	3.231	2.899	12.649	8.659
	<u><b>165.713</b></u>	<u><b>164.442</b></u>	<u><b>94.053</b></u>	<u><b>94.206</b></u>	<u><b>551.269</b></u>	<u><b>423.961</b></u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 257 em receita não faturada (R\$ 2.170 em 2018).

O aumento de fornecimento se deve ao reajuste tarifário anual, definido pela REH nº 2.479 de 30 de outubro de 2018, correspondendo a um efeito positivo médio de 38,50%, com vigência de novembro de 2018 a novembro de 2019.

- (b) Valores comercializados junto a CCEE, através de leilão, como a Companhia ainda não está interligada no SIN toda energia adquirida no leilão é vendida.
- (c) A margem da receita de construção adotada é estabelecida como sendo igual ao WACC do seguimento de Distribuição, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a de distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível e financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- (d) Refere-se as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.
- (e) Deve-se ao reconhecimento do direito à neutralidade econômica, enquanto a Companhia estava operando sob a forma de Designação, prestação de serviço temporário, situação que deixou de acontecer em dezembro de 2018, após o novo contrato de concessão, conforme detalhado na Nota 12 - Ativos setoriais.
- (f) Outras receitas operacionais

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Renda de prestações de serviços	2.033	2.808
Arrendamento, aluguéis de bens	1.877	1.872
Subvenções e baixa renda	18.288	13.005
Outras	912	3.279
	<b>23.110</b>	<b>20.964</b>

- (g) Deduções das receitas operacionais

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ICMS	(104.075)	(82.470)
PIS/COFINS	(137.187)	(117.413)
ISS	(121)	(118)
Encargos PEE	(2.349)	(3.723)
Encargos P&D	(2.349)	(3.723)
CDE	(13.001)	(9.787)
Taxa de fiscalização	(1.184)	(705)
	<b>(260.266)</b>	<b>(217.939)</b>

## 25 Custos e despesas operacionais

	2019	2018
<b>Custos operacionais</b>		
<b>Custo com energia elétrica</b>		
Energia adquirida para revenda (a)	(34.577)	(218.890)
Energia adquirida para revenda - MCP	(72.052)	(57.600)
Locação de grupos geradores	(168.719)	(136.610)
Reversão de gastos com grupos geradores	146.986	-
Reembolso de CCC sobre locação de geradores e energia	141.433	197.808
Depreciação de direitos de uso (b)	(133.454)	-
	<b>(120.383)</b>	<b>(215.292)</b>
<b>Custo com matéria-prima e insumos</b>		
Consumo de combustível (a)	(1.014.870)	(320.710)
Reembolso de CCC sobre o consumo de combustível (c)	725.693	211.575
	<b>(289.177)</b>	<b>(109.135)</b>
<b>Custo com pessoal, material e serviços</b>		
Pessoal	(65.192)	(64.257)
Administradores	-	(44)
Material	(15.610)	(2.196)
Serviços de terceiros	(39.655)	(30.950)
	<b>(120.457)</b>	<b>(97.447)</b>
<b>Outros custos</b>		
Depreciação e amortização	(7.116)	(6.469)
Custo de construção	(29.691)	(20.112)
	<b>(36.807)</b>	<b>(26.581)</b>
	<b>(566.824)</b>	<b>(448.455)</b>

- (a) O aumento em gastos com matéria-prima e insumos deve-se a busca pela geração de energia em todo o estado de Roraima, após o desligamento da energia fornecida pela Venezuela em março de 2019, cuja energia era fornecida pela Eletronorte, conforme é possível observar queda nos custos com energia comprada para revenda.

- (b) O aumento deve-se ao reconhecimento da depreciação dos ativos de direito de uso, após adoção ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a Companhia passou a registrar a depreciação e estornar as despesas com gastos de locação dos grupos geradores.
- (c) O aumento está atrelado ao crescimento dos custos com combustível, registrado em Matéria-prima e insumos para geração, conforme mencionado na nota (a), esses reembolsos são calculados através de um fator regulatório, o ACR médio.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
<b>Despesa com provisão para perdas esperadas de crédito</b>		
Constituição (d)	(153.495)	(86.810)
Reversão	66.602	41.201
	<b>(86.893)</b>	<b>(45.609)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal	(28.693)	(28.310)
Administradores	(3.064)	(1.323)
Entidade da previdência privada	(2.048)	(2.635)
Material	(5.201)	(7.932)
Serviços de terceiros	(15.356)	(13.899)
Depreciação e amortização	(1.776)	(2.792)
Despesa (estorno) com provisão para riscos trabalhistas e cíveis (e)	(34.983)	22.132
Reversão de passivos junto a Eletrobras	75.613	-
Estorno da provisão para redução ao valor recuperável	-	47.117
Outras despesas	(32.211)	(28.004)
	<b>(47.719)</b>	<b>(15.646)</b>
	<b>(134.612)</b>	<b>(61.255)</b>

- (d) O aumento deve-se basicamente a inadimplência dos clientes nas classes serviços públicos e poder público.
- (e) O aumento deve-se a inclusão das causas com a Aggreko e honorários de sucumbências com a Petrobras.

## 26 Resultado financeiro líquido

		31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas Financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras		6.058	1.016
Varição monetária ativa		3.651	4.739
Atualização ativo regulatório - parcela "A"		28.674	41.547
Outras receitas financeiras		8.663	7.646
Receita financeira de RGR	e	5.282	-
		<b>52.328</b>	<b>54.948</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Encargos de dívidas	a	(37.268)	(33.268)
Varição monetária passiva	b	(9.811)	(42.856)
Acréscimos moratório sobre energia	c	(32.522)	(149.969)
Juros sobre contratos de arrendamento	d	(19.535)	-
Outras despesas financeiras		(4.747)	(4.190)
Despesa financeira de RGR	e	(5.282)	-
		<b>(109.165)</b>	<b>(230.283)</b>
<b>Efeito líquido no resultado</b>		<b>(56.837)</b>	<b>(175.335)</b>

- (a) Deve-se aos juros sobre os contratos de empréstimo junto à Eletrobras.
- (b) Deve-se a juros sobre faturas de fornecedores em atraso, a redução deve-se basicamente a transferência para Eletrobras do contrato junto a Petrobras, por conta da privatização.
- (c) Deve-se a juros sobre faturas junto a fornecedores de energia elétrica em atraso e aos juros dos parcelamentos junto a Eletronorte.
- (d) Juros sobre o passivo de arrendamento, após adoção ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, conforme nota 20.
- (e) A Companhia possui ativo financeiro setorial correspondente ao empréstimo do recurso RGR (Reserva Global de Reversão), aprovado pela ANEEL, repassado através da CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a companhia foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. O repasse foi aprovado no dia 12 de novembro de 2018, atendendo o que está disposto na Portaria MME nº 425, de 03 de agosto de 2016. O valor registrado corresponde ao ajuste da taxa de juros alterada nas condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida correspondente ao ativo financeiro setorial. Os créditos da dívida da CCEE foram repactuados para 5% a.a. Neste sentido, o ativo e passivo foram registrados pelo seu valor justo, via resultado.

## 27 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, foi apurado prejuízo lucro fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. De acordo com o Pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, as Companhias com histórico de

resultados negativos e sem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, não devem constituir ativo fiscal diferido.

### Apuração do prejuízo fiscal

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro antes dos impostos</b>	(256.593)	36.312
Provisões	128.788	31.753
Exclusões	(41.849)	(446.763)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo	(169.654)	(378.698)
	<hr/>	<hr/>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(4.995)</b>
	<hr/>	<hr/>

### Créditos fiscais não ativados

Deve-se a prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Prejuízos fiscais acumulados	458.956	286.124
Base de cálculo negativa da CSLL	171.136	115.298
Provisões não dedutíveis	75.575	19.351
Demais adições temporárias	20.956	214.268
	<hr/>	<hr/>
	<b>726.263</b>	<b>635.041</b>
	<hr/>	<hr/>

A norma contábil, CPC 32, cita que um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Neste sentido, a Companhia efetuou estudo e verificou que ainda não atende aos termos contábeis do CPC 32 para registro dos tributos diferidos. Esses montantes não possuem prazo de prescrição, mas estão limitados a 30%.

## 28 Instrumentos financeiros

### Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo para aqueles mensurados a valor justo.

Para o exercício corrente, a divulgação do valor justo dos passivos de arrendamento não é requerida.

	Valor contábil		Valor justo – nível 2	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	55.397	189.435	55.397	189.435
Ativos financeiros - concessão	1.063	1.063	1.063	1.063
	<u>56.460</u>	<u>190.498</u>	<u>56.460</u>	<u>190.498</u>
<b>não-mensurados ao valor justo</b>				
Contas a receber de clientes	134.310	164.720		
Direito de ressarcimento	82.045	48.730		
Ativos setoriais	448.341	438.751		
	<u>664.696</u>	<u>652.201</u>		
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>não-mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores	851.734	699.679		
Empréstimos e financiamentos	812.061	557.936		
Passivo setoriais	5.870	-		
	<u>1.669.665</u>	<u>1.257.615</u>		

### Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A Companhia possui e segue políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

### **Risco de crédito**

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

A política de crédito e cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamentos de clientes e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas) e as garantias pessoais (fianças).

## Risco de mercado

### ***Risco de taxa de juros***

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia, oriundo da possibilidade de incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras e CCEE, fundo RGR, a juros fixos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é de controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*NDF's* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo.

### **Análise de sensibilidade**

A Administração estima (com base nas cotações de especialistas financeiros) que o cenário provável da taxa de juros para o período ou vencimento seja 2,25% a.a.

Abaixo estão apresentados os possíveis cenários, para empréstimos e financiamentos, não foram considerados os saldos de arrendamentos e RGR, o cenário I é de desvalorização e valorização de 25% da taxa de juros e o cenário II é de desvalorização e valorização de 50% da taxa de juros. Os juros são mensurados através da comparação entre o cenário possível e provável.

	Cenário	Cenário possível I		Cenário possível II	
	provável	-25%	+25%	-50%	+50%
<b>Instrumentos financeiros</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Aplicações financeiras	38.541	38.343	38.777	38.127	38.994
<b>Efeito no resultado</b>		(198)	236	(415)	453
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	150.687	149.914	151.609	149.066	152.457

Parcelamentos	540.907	538.132	544.217	535.089	547.260
<b>Efeito no resultado</b>		3.548	(4.233)	7.438	(8.123)

### Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamentos de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

#### 31 de dezembro de 2019

#### Fluxos de caixa contratuais

Passivos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais		
		Total	Até 1 ano	Superior a 1 ano
Fornecedores	851.734	(1.048.062)	(301.104)	(746.958)
Empréstimos e financiamentos	812.061	(1.132.476)	(15.358)	(1.117.118)
Passivos setoriais	5.870	(5.870)	(5.870)	-
Outras contas a pagar	10.539	(10.539)	(10.539)	-
	<b>1.680.204</b>	<b>(2.196.947)</b>	<b>(332.859)</b>	<b>(1.864.076)</b>

#### 31 de dezembro de 2018

#### Fluxos de caixa contratuais

Passivos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais		
		Total	Até 1 ano	Superior a 1 ano
Fornecedores	699.679	(990.893)	(819.935)	(170.958)
Empréstimos e financiamentos	557.936	(1.941.896)	(28.961)	(1.912.935)
Outras contas a pagar	17.157	(17.157)	(17.157)	-

1.274.772 (2.949.946) (866.053) (2.083.893)

## 29 Eventos subsequentes

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionado ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). A Companhia vem seguindo as recomendações da OMS, do Ministério da Saúde, do governo do Estado do Amazonas e ainda da Aneel, adotando ações preventivas para redução dos riscos de contaminação de seus clientes e colaboradores e proliferação do vírus, monitorando o avanço do coronavírus e busca preservar seus colaboradores, evitando a propagação da doença, inclusive por meio da criação de um Comitê de Crise, que tem por objetivo coordenar e monitorar todas as ações relativas à pandemia.

Foram criados 6 grupos de ação para enfrentar os principais problemas, até então identificados, causados a pandemia: i) garantir segurança dos funcionários e consumidores; ii) garantir continuidade do serviço ao cliente; iii) redefinir modelo de operação; iv) preservar fluxo de caixa; v) intensificar atuação junto a órgãos reguladores; e vi) gerenciar liquidez.

Em 24 de março de 2020, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 878 contendo medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia, para vedar a suspensão do fornecimento por inadimplência de unidades consumidoras – residenciais, urbanas e rurais, permitir a suspensão da entrega da fatura mensal impressa no endereço dos consumidores, substituindo-a por envio de faturas eletrônicas ou de código de barras, determinar a priorização de atendimentos emergenciais e os destinados a atender serviços essenciais, dentre diversas determinações, no sentido de contribuir com as ações de isolamento social e de priorizar o fornecimento de energia elétrica de forma contínua e confiável.

Em 7 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 986, a Aneel deliberou pela liberação dos recursos do Encargos de Serviço de Sistema (ESS) de cerca de 2,021 bilhões de reais para o segmento consumo, sendo 1,475 bilhão de reais para as distribuidoras e 546 milhões de reais para os consumidores livres.

Em 8 de abril de 2020, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 950, alterando a Lei nº 12.783, de 2013, e a Lei nº 10.438, de 2012, para, dentre outras coisas, ampliar para 100% o desconto dos consumidores de Tarifa Social com faturamento de até 220 KW/mês, destinando recursos à CDE para essa cobertura, bem como para possibilitar a tomada de recursos

financeiros pela CDE para enfrentamento dos impactos no setor elétrico decorrentes da pandemia.

Em 18 de maio de 2020, o Governo Federal publicou o Decreto nº 10.350, autorizando a criação e a gestão da Conta-covid pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, destinada a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Diante de todo esse cenário atípico e de características imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Empresa. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como, de quanto será a eventual redução do consumo de energia elétrica no Brasil e nem a duração desta redução.

Contudo, dentre os possíveis efeitos o mês de maio de 2020 com o mês de janeiro de 2020 que podem ser mensurados citamos a: redução da arrecadação em 10%, aumento das perdas de energia elétrica em 2,75%, aumento da inadimplência em 6% e, conseqüente, impacto no fluxo de caixa operacional e de indicadores financeiros e operacionais. Ademais essa diminuição abre espaço para a revisão do ritmo de obras para investimento, possibilitando uma desaceleração. A Companhia entende que essa situação caracteriza-se como caso fortuito/força maior e para mitigar tal efeito, com base no princípio jurídico fato do príncipe, a concessionária poderá acionar a Aneel, seguindo o rito previsto em seu contrato de concessão para solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro da concessão. Destaca-se que o cenário atual não se limita à Companhia, mas abrange todas as distribuidoras de energia elétrica.

### **Administração da Companhia**

---

Orsine R. de Oliveira  
Diretor Presidente

---

Joaquim Roberto R. Moreira  
Diretor Administrativo Financeiro

---

Miquéias de Oliveira Atem  
Diretor Vice-Presidente

---

Rodrigo Moreira  
Diretor Técnico e Comercial

---

Maria do Socorro Gama da Silva  
Diretora Jurídica

---

Roneandreson Borges de Sousa  
Contador CRC RR-000646/O-2



Informações

 **0800 7019 120**



roramaenergia



rorama\_energia

**[www.roramaenergia.com.br](http://www.roramaenergia.com.br)**

Av. Cap. Ene Garcez, 691, Centro.  
Boa Vista – Roraima. CEP 69.301-160  
CNPJ: 02.341.470/0001-44